

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E O CICLO ECONÔMICO NO  
BRASIL: 2002-2012**

LINNEO MACHADO

Matrícula nº: 110051096

ORIENTADOR(A): Prof. Valéria Gonçalves da Vinha

CO-ORIENTADOR(A): Júlia Modesto Pinheiro

DEZEMBRO 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**MIGRAÇÃO INTERNACIONALINTERNACIONAL E O CICLO  
ECONÔMICO NO BRASIL: 2002-2012**

---

LINNEO MACHADO

Matrícula nº: 110051096

ORIENTADOR(A): Prof. Valéria Gonçalves da Vinha

CO-ORIENTADOR(A): Júlia Modesto Pinheiro

DEZEMBRO 2014

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos os professores que participaram de todos esses anos de Instituto. A minha orientadora Valéria, sem a qual esta monografia não estaria sendo lida hoje e minha co-orientadora Júlia, cuja ajuda foi indispensável. Agradeço também aos amigos e à minha família por tudo.

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo demonstrar as possíveis causas na variação dos fluxos migratórios com destino ao Brasil nessa década, tanto de estrangeiros, como de brasileiros em condição de retorno, com foco maior para este último grupo, uma vez que estes representam a grande maioria dos imigrantes internacionais no país. Para isso, será analisado alguns indicadores baseados em importantes teorias de migração, uma vez que são as bases de atração de um indivíduo, como salário, emprego e câmbio, por exemplo. Além disso, é importante entender as mudanças em relação à política econômica do governo que colaboraram para uma melhor situação do país na década, reforçando a atração exercida pelo país nesse imigrante. Como não poderia de ser, será possível notar o efeito da crise de 2008 no fluxo imigratório, especialmente no caso de retorno, uma vez que esses mesmos indicadores quando utilizados para mostrar a situação dos principais destinos de brasileiros, demonstram uma clara deterioração, dificultando a possibilidade de um emigrante manter-se nesses locais. Desse modo, através da demonstração dos principais fatores de atração no país e de repulsão nos antigos destinos de brasileiros, este trabalho pretende retratar algumas das causas do maciço repatriamento de brasileiros na última década.

## **SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES**

BCB – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IOF -Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPi - Imposto sobre Produtos Industrializados

MT - Ministério do Trabalho

OCDE -Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pesquisa mensal de emprego

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PT – Partido dos Trabalhadores

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia

## ÍNDICE

<b>I. Introdução</b>	
<b>II. Paradigmas Teóricos.....</b>	<b>10</b>
2.1. Principais Teorias.....	10
<b>III. Perfil migratório brasileiro.....</b>	<b>17</b>
3.1. Introdução.....	17
3.2. Décadas de 1980-1990.....	17
3.3. A partir de 2000.....	18
3.4. Migração internacional na última década.....	19
3.5. Imigração de retorno.....	22
<b>IV. Política econômica no Período 2002-2012.....</b>	<b>27</b>
4.1. Introdução.....	27
4.2. Resumo do Período.....	27
4.3. Balanço da década.....	33
<b>V. Fatores de <i>Push-Pull</i>.....</b>	<b>36</b>
5.1. Desemprego.....	36
5.2. Rendimento.....	39
5.3. Valorização do real.....	42
5.4. Custo de vida.....	45
5.5. Outros fatores.....	46
<b>VI. Conclusão.....</b>	<b>49</b>
<b>Lista de Figuras.....</b>	<b>50</b>
<b>Lista de Tabelas.....</b>	<b>51</b>
<b>Lista de Gráficos.....</b>	<b>52</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>53</b>

## I. Introdução

Os últimos anos foram marcados por um aumento expressivo no número de imigrantes com direção ao Brasil. Se no Censo de 2000 eles eram 143 mil, no Censo de 2010 eles já eram mais de 268 mil. Esse total é composto por estrangeiros e brasileiros retornando. Quanto aos primeiros, o crescimento do número de pedidos de vistos de trabalho, tanto temporários (até dois anos de permanência) quanto permanentes, demonstram um claro interesse dos estrangeiros no Brasil. Ainda que a quantidade de vistos temporários constitua mais de 90% do total, os vistos permanentes também tiveram um crescimento acelerado. Porém, mesmo com todo esse crescimento, o número de estrangeiros que entrou no país na última década ainda foi bastante inferior quando comparado ao total de brasileiros que retornaram ao país depois de anos fora. Nos casos dos principais destinos, a quantidade de brasileiros de retorno em relação ao total de imigração proveniente de um país, chega a mais de 70%, como é o caso de Japão, Estados Unidos e os principais países europeus. Todos estes foram, durante as décadas de 1980 e 1990, os principais destinos dos brasileiros. Desse modo, foi possível notar uma forte imigração de retorno proveniente das principais economias, enquanto que imigrantes provenientes da África ou América Latina são, em sua maioria, estrangeiros.

Por sua predominância, a imigração de retorno terá um foco maior neste trabalho. Deste modo, como toda migração, esta é influenciada diretamente por fatores no atual ponto de origem do futuro migrante. São fatores na origem que iniciam a tomada de decisão quanto a migrar ou não. Fatores no destino influenciam muito mais na escolha do novo local, ou seja, fatores como aumento do desemprego e do custo de vida no local onde se encontra, por exemplo, podem ter feito um indivíduo decidir migrar, mas só quando este mesmo indivíduo analisa esses fatores em outros locais, que ele decide seu destino. No caso de uma decisão de migração de retorno, fatores no destino (o país natal do indivíduo) são mais difíceis de serem analisadas, uma vez que fatores pessoais como estar próximo de familiares e amigos, falar a língua materna ou estar em um local conhecido são extremamente importantes nessa decisão. Portanto, há incerteza quanto a influência de fatores no destino para esses brasileiros que retornam. Desse modo, analisar fatores como, por exemplo, desemprego, custo de vida e rendimento no Brasil e determinar se estes podem ter influenciado na decisão de retornar, é um dos principais objetivos deste trabalho.

Para isso, serão utilizadas diversas teorias da área de demografia econômica, cujos autores variam de geógrafos a economistas. O capítulo I contém desde teorias-chave para



definir quais são os principais fatores econômicos na decisão de migrante internacional, até teorias complementares e pontos de vistas distintos. O capítulo II trará um breve resumo do perfil migratório do Brasil nas décadas de 1980 e 1990 e a mudança que vem ocorrendo nos últimos anos. Além disso, esse capítulo também analisará o atual crescimento do fluxo migratório para o país e o atual perfil do imigrante. O Capítulo III fará um balanço econômico da década. O último capítulo analisará os fatores de *push-pull*, ou seja, os fatores que influenciam uma decisão de migrar, na origem e no destino.

## II.Paradigmas Teóricos

A Seção a seguir descreve as principais teorias utilizadas neste trabalho e outras que ainda que não tenham impacto direto, complementam as demais. Algumas como a teoria de Ravenstein servirão mais como base para outros autores do que neste trabalho. Outras como a de Stark e Bloom, complementarão algumas das teorias utilizadas, porém não serão analisadas a fundo nesta monografia.

### 2.1 –Principais teorias

O primeiro autor a trabalhar o tema da migração foi Ernst Ravenstein, um geógrafo inglês na virada do século XIX para o XX. Seu trabalho ‘As Leis da Migrações’ de 1885 e complementado quatro anos depois, é o primeiro texto sobre migrações internas e internacionais, e ainda que baseado em deduções a partir de dados estatísticos, teve importante papel como precursor para os diversos trabalhos que seguiram. Ravenstein (1989) concluiu que as migrações são governadas por um processo de atração-repulsão (*push-pull*), ou seja, condições favoráveis num local externo atraem indivíduos, enquanto condições desfavoráveis no local de origem (leis opressivas, altas taxas de desemprego, entre outras) “expulsam” esse indivíduo. E postulou ainda, que a causa primária de um fluxo migratório são as condições econômicas mais favoráveis no destino do que na origem. Conforme descrito pelo próprio:

...It is obvious that this is not the only cause. Bad or oppressive laws, heavy taxation, an unattractive climate, uncongenial social surroundings, and even compulsion (slave trade, transportation), all have produced and are still producing currents of migration, but none of these currents can compare in volume with that which arises from the desire inherent in most men to ‘better’ themselves in material respects. (RAVENSTEIN,1889; p. 286).<sup>1</sup>

Além da predominância de fatores de atração-repulsão, outras contribuições como a diminuição dos fluxos migratórios, conforme a distância aumenta da origem (*distance decay*), e a influência de fatores como gênero, estado civil, classe social e idade na mobilidade do indivíduo ainda são utilizadas como bases para diversas teorias mais atuais sobre migração.

Na década de 1920, Harry Jerome (1926), um americano, escreve seu artigo *Migration and business cycles*, Jerome demonstra que os fatores de atração para os Estados Unidos na

---

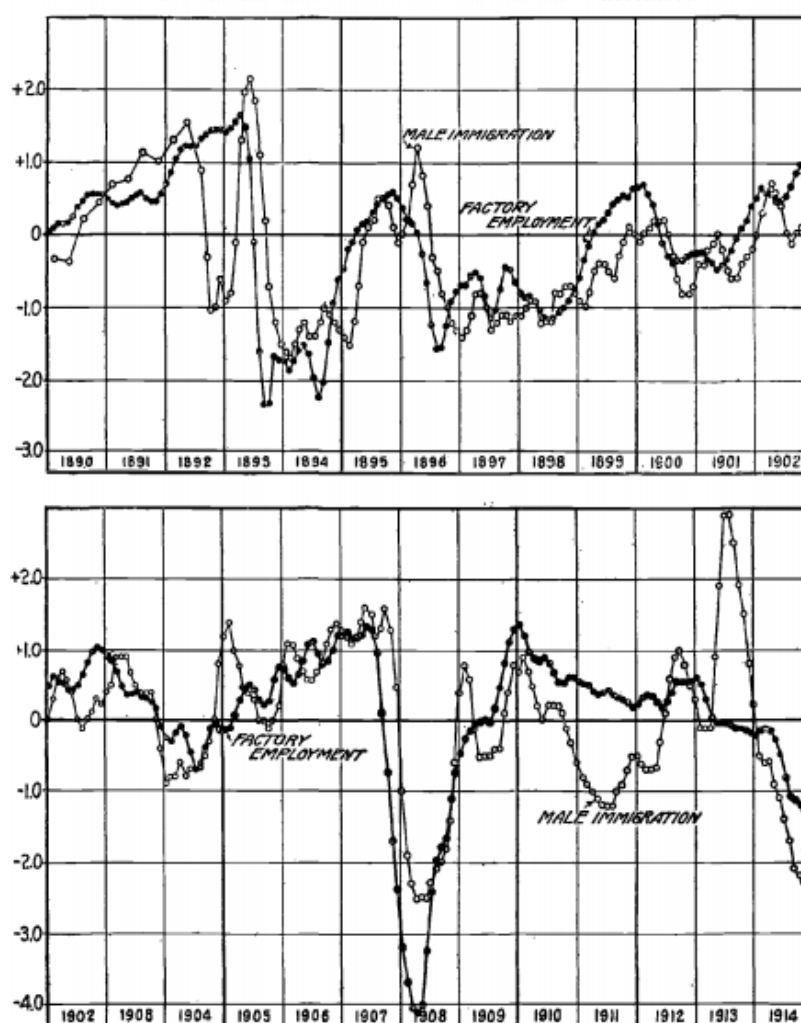
<sup>1</sup> ...É óbvio que esta não é a única causa. Leis ruins ou opressivas, tributação pesada, clima pouco atraente, meio social não congênito, e até mesmo por compulsão (comércio de escravos, transporte), todos produziram e ainda produzem correntes de migração, mas nenhuma dessas correntes podem se comparar em termos de volume com o que surge do desejo inerente à maioria dos homens de "melhorar" em aspectos materiais. (Ravenstein de 1889;. P 286).

época estavam associados ao ciclo econômico do país, ou seja, em épocas de aumento do emprego na indústria, o principal setor em crescimento do país na época, havia um aumento na entrada de imigrantes nos meses posteriores, assim como em épocas de menores oportunidades, eram seguidas por meses de quedas. Desse modo, ele demonstra que as flutuações migratórias tinham um atraso nas variações de emprego. Como na tabela a seguir:

**Figura 1 – Flutuação cíclica na imigração masculina e a taxa de emprego nas fábricas**

**CYCLICAL FLUCTUATIONS IN MALE IMMIGRATION AND FACTORY EMPLOYMENT: 1890-1914.**

*Three-month moving averages of deviations from trend, corrected for seasonal variation. Unit=one standard deviation*



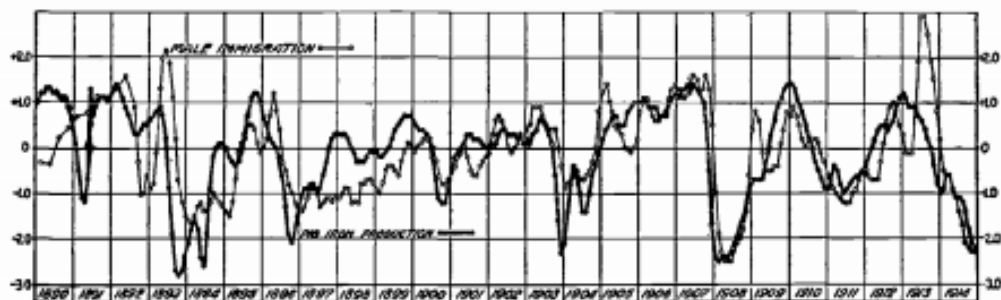
(Fonte: JEROME, Harry; 1926. Migration and Bussiness Cycle.)

Assim como era possível ver semelhança nos movimentos da imigração com a produção de minério de ferro, principal insumo na indústria americana da época:

**Figura 2 – Flutuação cíclica na imigração masculina e a produção de ferro**

**CYCLICAL FLUCTUATIONS IN MALE IMMIGRATION AND PIG IRON PRODUCTION: 1890-1914.**

*Three-month moving averages of deviations from trend, corrected for seasonal variation. Unit=one standard deviation*



(Fonte: JEROME, Harry; 1926. Migration and Bussiness Cycle.)

Ele acrescenta que ainda que essa regra não seja invariável, não há dúvidas que há movimentos cíclicos e sazonais nos fluxos migratórios, e por isso o comportamento das taxas de imigração e emprego no país de destino tem comportamentos próximos.

O modelo de oportunidades intervenientes de Stouffer (*Intervening Opportunities*) de 1940 é um dos primeiros a utilizar modelos matemáticos visando explicar as causas migratórias. Esse modelo, ao contrário da explicação de Ravenstein (1899), é muito mais focado na acessibilidade das oportunidades no destino, do que a distância ou fatores problemáticos na origem. A hipótese de Stouffer (1940) é que o número de indivíduos que vão da origem ao destino é proporcional ao número de oportunidades no destino e inversamente proporcional ao número de oportunidades intervenientes. Ou seja, dado um par origem-destino ( $i, j$ ), onde  $j$  é o  $n$ -ésimo destino em ordem de distância de  $i$ , existem  $n-1$  destinos alternativos, desse modo, o indivíduo deve considerar todas as possibilidades entre a origem e o destino (as chamadas oportunidades intervenientes). Podendo ser expressa por:

$$T_{ij} = (k \cdot A_j / V_j)$$

Onde  $A$  = número de oportunidades no local  $j$ ;

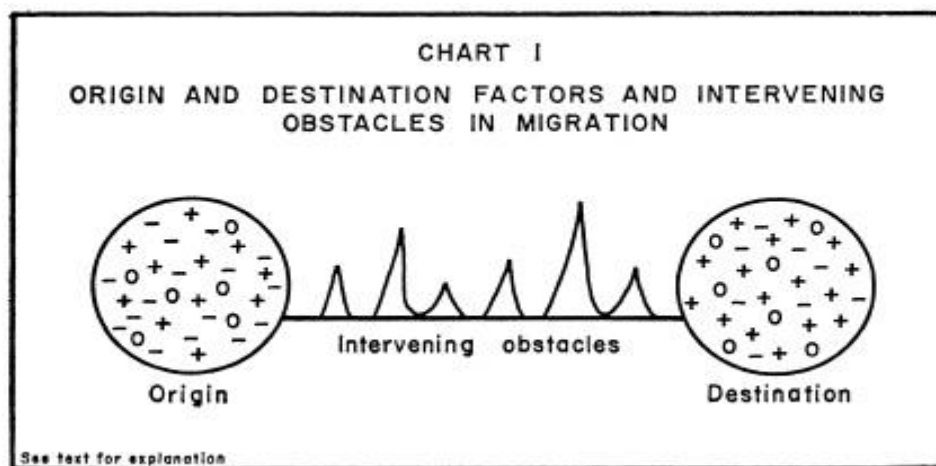
$V$  = número de oportunidades intervenientes entre  $i$  e  $j$ ;

$K$  = constante de proporcionalidade.

A importância desse artigo era que em casas de menores oportunidades nos tradicionais centros receptores, outros locais, menos concorridos poderiam ser considerados. A última crise foi um bom exemplo disso, uma vez que como esta foi pior nos principais polos econômicos, diversos imigrantes resolveram tentar a vida em locais antes impensáveis ou até mesmo retornar à sua origem.

O artigo de 1966 de Everett Lee, continua na linha de raciocínio de Stouffer (1940), expandindo os fatores que levam um indivíduo a migrar. Além da atração positiva, negativa ou neutra exercida pelo destino e os fatores de expulsão da origem, ele cita ainda os obstáculos intervenientes e os fatores pessoais. Os obstáculos intervenientes seriam elementos entre a origem e o destino e que exercem pressão no indivíduo para que este decida permanecer em algum ponto antes do destino, por exemplo a distância, o custo de deslocamento, o tamanho da família, fatores pessoais ou quaisquer leis no país de destino.

**Figura 3 – Fatores na origem e destino e os obstáculos intervenientes**



(Fonte: Lee, 1966)

Os fatores pessoais seriam a idade, os contatos e as informações disponíveis no destino ou qualquer ocorrência na vida pessoal. Segundo ele, os fatores pessoais são os que fazem com que as decisões sejam individualmente variáveis e por isso influenciadas por emoções transitórias:

The decision to migrate, therefore, is never completely rational (...) We must expect, therefore, to find many exceptions to our generalizations since transient emotions, mental disorder, and accidental occurrences account for a considerable proportion of the total migration (Lee, 1969: 288)<sup>2</sup>

Outra teoria interessante é a de Sjaastad (1962), que utiliza a teoria do capital humano de Mincer e Becker, aplicado às migrações, no qual as migrações podem ser tratadas como investimentos que aumentam a produtividade do capital humano, possuindo custos e retornos, como qualquer outro investimento. Os custos iriam desde a procura de informação, o deslocamento, o aprendizado da nova língua e cultura, criação de novos laços sociais, entre outros. Por outro lado, os benefícios da migração estariam diretamente ligados ao aumento da renda, além de ganhos em cultura e educação, a longo prazo, pela mudança de local, desse modo, os custos e benefícios não podem ser vistos somente como investimentos de curto prazo. Alguns autores posteriores expandiram essa ideia, demonstrando que aquisição de “capital humano” (escolarização, formação e experiência profissional) favorece as chances de mudança posterior de emprego e, como consequência, de migrações. (Schaeffer, 1985)

A teoria de Stark e Bloom de 1985 afirma que como o principal recurso da unidade familiar é o trabalho. A diversificação significa que, numa família, alguns membros emigram para obter emprego no exterior, oferecendo um alternativo fluxo de renda para toda a unidade por meio de remessas monetárias. Assim como Sjaastad (1962), ele segue na linha que coloca a migração como um investimento, desse modo exige recursos que não são disponíveis em todas as unidades familiares. Os emigrantes não pertencem às mais pobres partes da sociedade – são aquelas pessoas que estão na situação de privação relativa (*relative deprivation* – cf. Stark & Taylor, 1989), ou seja, uma classe média empobrecida. Assim, um indivíduo migra quando o padrão de vida atual dele no país de origem está abaixo do que era antes, assim, ele é levado a buscar outro local onde pode recuperar ou até melhorar em relação ao padrão antigo. É essa possibilidade de ascensão mais fácil que leva indivíduos a migrar.

Outra importante contribuição é a segmentação do trabalho, onde os imigrantes ocupam empregos em setores nos quais a população nativa não deseja trabalhar, seja pelos baixos salários, condições degradantes de trabalho e altamente instáveis. Nesse sentido, a migração é causada pela demanda de mão de obra nesses setores (Patarra, 2006).

---

<sup>2</sup>A decisão de migrar, por isso, nunca é completamente racional (...) Temos de esperar, portanto, encontrar muitas exceções para nossas generalizações desde emoções passageiras, transtornos mentais, e ocorrências acidentais, sendo responsáveis por uma proporção considerável da migração global

Outro ponto de vista muito interessante é o de Paul Singer (1980), ao contrário dos demais apresentados, este autor tem como foco os fatores de expulsão, os quais ele separa em fatores de mudança e estagnação. O primeiro, segundo ele, seria inerente ao capitalismo, o próprio progresso técnico impõe uma racionalidade econômica, e portanto, deslocando grande parte da população local para locais com melhores oportunidades. Os *enclosures* britânicos no século XVIII seriam um exemplo disso. Os de estagnação, por outro lado, ocorrem quando a população de um local é forçada a emigrar, visando com que o acréscimo populacional seja pequeno, assim não sofrendo tanto com a estagnação do local, que é incapaz de gerar novos empregos e maior produtividade. Outro ponto importante dessa teoria é o papel central das migrações no capitalismo, uma vez que estas são necessárias e positivas para o desenvolvimento do capitalismo em países como o Brasil. Migrações no sentido campo-cidade, por exemplo, geram aumento da demanda pelos produtos desta última, absorção produtiva, envio de remessas e mesmo que esse imigrante não consiga um emprego, a permanência dele aumenta as chances dele melhorar seu aprendizado e conseguir um trabalho em um setor mais moderno da economia. Singer diz ainda que esses imigrantes são necessários na economia pois constituem um exército de reserva, necessário na análise marxista para o funcionamento do capitalismo. No caso de migrações externas, muitos desses fatores são também válidos.

O trabalho de Borjas (1989) tem como ideia central a existência de um “mercado de migração”, onde os imigrantes seriam selecionados para os diversos países receptores dessa mão de obra. Os países competiriam entre si por esse capital humano, através de incentivos econômicos, entre os quais estariam as variações no nível de atividade econômica. No caso de um crescimento desse nível, haveria aumento na oferta de emprego e, portanto, um importante fator de atração de imigrantes. Nesse trabalho, o autor ainda conclui que as teorias e modelos que tentam prever a chance de um indivíduo sair de seu país e ir para outro chegam a conclusões óbvias, uma vez que os indivíduos são maximizadores de renda, é natural esperar que essas pessoas tenham uma tendência a migrar de áreas de baixa renda para áreas de alta renda quando os custos deste movimento fossem baixos.

Esse autor publicou diversos trabalhos com base na teoria do capital humano. Um dos mais importantes é o trabalho lançado em 2000, onde ele continua considerando que os movimentos migratórios ocorrem quando existe uma possibilidade concreta de o trabalhador recuperar o investimento que fez em capital humano, de modo que assim se pode explicar que os migrantes se movam dos países de baixo rendimento para aqueles mais desenvolvidos, dado que é nestes que podem conseguir um retorno maior dos investimentos. Desta forma, é de

esperar que os fluxos migratórios sejam tanto mais acentuados quanto maior o diferencial de rendimento existente entre as economias. Uma importante contribuição deste trabalho está na inclusão da teoria de seletividade. Esta teoria analisa a possível seletividade dos migrantes afirmando que estes são, positivamente, escolhidos caso possuam qualificações acima da média e, negativamente, no caso oposto. Considera ainda que a seletividade será tanto maior quanto mais acentuados forem os diferenciais entre os países e maiores os custos de migração. Essa teoria foi muito importante para explicar o que ficou conhecido como “fuga de cérebros” ou “fuga de capital humano”.

Neste trabalho serão utilizadas as seguintes teorias: Jerome (1926), que liga o desemprego do país à sua taxa de migração; Stouffer (1940) e, em menor escala, a de Lee (1966), onde ambas seguem a linha de pesquisa da influência de fatores como distância e outros obstáculos entre a origem e o destino; e as teorias de Sjaastad (1962) e (Borjas, 2000) sobre a migração como um investimento (teoria do capital humano), onde as análises dos rendimentos, custos e possível chance de envio remessas por parte do imigrante representam fatores de atração sobre o imigrante. As outras teorias servem de base (Ravenstein) ou complementos para as demais utilizadas.



### **III. Perfil Migratório Brasileiro**

#### **3.1. Introdução**

Num contexto de globalização, é cada vez mais importante o fenômeno da migração. As recentes tendências de movimentos migratórios internacionais também vêm demandando a reavaliação de paradigmas, como o caso da migração sul-sul, que vem se tornando um importante fluxo internacional, ante a grande predominância do fluxo sul-norte. Por isso, torna-se imprescindível a incorporação de novas dimensões explicativas e uma revisão do fenômeno migratório. O Brasil, que por séculos foi um país de imigração, sofreu uma inversão migratória que começou na década de 1980, quando a saída de brasileiros para o exterior evoluiu de maneira considerável. Processo que evoluiu na década seguinte. Porém vem perdendo força nos últimos anos, especialmente a partir de 2006, e após a crise de 2008, com o retorno de milhares de brasileiros, e a entrada no país de diversos imigrantes, especialmente de países do Mercosul, da África e da península ibérica, segundo dados do CNIg (2009).

#### **3.2. Décadas de 1980-1990**

A partir da década de 1980, o Brasil inicia uma nova fase em seu deslocamento populacional, com nítido crescimento na emigração em direção aos países europeus, o Japão e os Estados Unidos, principalmente. Tornando-se assim, pela primeira vez em sua história, um país expulsor de população. Este fato é o resultado da substituição das políticas macroeconômicas de orientação keynesiana pelas monetaristas no início da década de 1980. Essa nova política iniciou um período de baixo crescimento do PIB, inclusive com variações negativas; um índice de desemprego crescente, caracterizado pelo aumento da informalidade, pela perda de participação da indústria no nível de ocupações e o aumento do trabalho autônomo. Esse quadro fica ainda pior na década de 1990, com a implantação de políticas neoliberais, que previam redução dos gastos públicos e das mais variadas iniciativas do Estado, privatizações, ampliação das importações, flexibilização dos mercados de trabalho, entre outros. Desse modo, com arrocho salarial e uma política cambial que visava valorizar a moeda nacional, pretendia-se controlar a inflação. Porém, apesar do objetivo de controlar a inflação ter sido alcançado, o desemprego na década de 1990, atinge os dois dígitos no país, com o desmonte das empresas estatais e a compra de empresas privadas por investidores externos, conforme descrito por Mattos:

Conforma-se, desta maneira, um intenso deslocamento e desnacionalização do controle acionário das empresas e setores econômicos, mas sem implicar necessariamente a ampliação da capacidade produtiva

instalada. Em contrapartida, tanto nas privatizações de estatais como no processo de fusões e consolidação de empresas privadas, tem sido comum a redução do número de empregados (mediante processos de enxugamento e encolhimento) e da capacidade geradora de empregos (por meio da subcontratação de empresas estrangeiras, maior importação de insumos e até de mão-de-obra). (MATTOSO, 2000, p. 27)

É nesse contexto de poucas oportunidades em solo nacional, que a chance de receber um salário em moedas estrangeiras, como o dólar, o euro ou o iene, que apresentavam na época uma grande valorização em relação as diversas moedas brasileiras (houve uma série de planos econômicos mal sucedidos visando a queda da inflação, onde houve criação de novas moedas, corroborando para o enfraquecimento destas frente as principais divisas), tornou-se uma saída para enfrentar a difícil situação econômica do país. Com isso, o número de emigrantes teve um crescimento espetacular nas décadas de 1980 e 1990. O número estimado de pessoas atrás do “sonho americano”, como ficaram conhecidos no Brasil esses emigrantes que buscavam empregos não só nos Estados Unidos, mas em outros países desenvolvidos, gira em torno de 3,7 milhões de pessoas (Brzozowski, 2012). O volume de remessas dessas pessoas atingiu níveis consideráveis. Cidades como Governador Valadares ficaram famosas pelo grande número de pessoas que enviavam dinheiro para familiares, de outros países para o Brasil.

### 3.3. A partir de 2000

Porém, no último Censo (2010), os dados já mostram o possível retorno desses brasileiros que durante as últimas décadas haviam saído do país, sendo possível notar claros indícios de migração de retorno acentuada na crise financeira internacional de 2008 e em função das políticas crescentemente restritivas dos países de destinos, como Estados Unidos, Grã-Bretanha e Japão. Estima-se que mais de 20% dos brasileiros residentes no Japão (50.000 pessoas) já retornaram ou preparam o retorno ao Brasil. (Braga Martes et al, 2009). Além disso, o número de imigrantes internacionais vem crescendo ano a ano desde 2006, especialmente dos países ibéricos, Bolívia e Argentina, no Mercosul e mais recentemente, Haiti e outros países africanos. Segundo o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) do Ministério do Trabalho, o número de vistos de trabalho permanentes em 2012 foi quase cinco vezes maior do que o mesmo no ano anterior, porém em alguns casos como o boliviano e o haitiano por exemplo, devido a entrada ilegal destes no país, é muito difícil ter dados confiáveis. Além de alguns fatores de expulsão já citados, as políticas restritivas, a xenofobia, o aumento do desemprego, o alto custo de vida e a vontade de voltar ao país de origem, também são importantes fatores na decisão do indivíduo no caso de uma migração de retorno. Em relação aos fatores de atração do Brasil no caso das imigrações internacionais, podem ser citadas a diminuição do desemprego e

informalidade, políticas governamentais de complementação de renda e valorização do salário mínimo e a valorização do real frente a outras moedas, o que diminui o valor remetido, em reais, ao converter a moeda estrangeira. Desse modo, é importante analisar a economia brasileira do período e como esta serviu como fonte de atração tanto para imigrantes internacionais estrangeiros ou de retorno.

### 3.4. Migração internacional na última década

É nesse cenário que o número de imigrantes no mundo chega a 250 milhões no último ano, e dentre todos estes, somente menos de um milhão se encontra no Brasil. Porém, o crescimento, de acordo com o último censo, é de mais de 85% em relação aos imigrantes internacionais. Se no Censo de 2000 eles eram 143 mil, no Censo de 2010 eles já eram mais de 268 mil. Segundo o último censo, 65,5% da imigração para o país, eram de brasileiros que voltavam. O que demonstra um grande crescimento do retorno de brasileiros ao país. Ainda mais fascinantes são alguns dos dados a seguir, como por exemplo: dos quase 79 mil imigrantes provenientes dos EUA, 81% são de brasileiros voltando. No caso japonês, dos 61 mil imigrantes, impressionantes 87% eram de retorno. Enquanto isso, países como Bolívia, Argentina, Haiti entre outros africanos e asiáticos, tem uma porcentagem maior de imigrantes internacionais se dirigindo ao país do que brasileiros retornando. O Haiti por exemplo, no último ano superou em número de vistos de trabalho temporários e permanentes. Portugal, que historicamente sempre foi fonte de forte imigração para o Brasil por toda a história conjunta entre os países. Outra surpresa é a terceira posição em número de vistos de trabalho no Brasil de espanhóis, com um crescimento considerável nos últimos anos. Entre o total de população, Portugal ainda é o país com maior número de imigrantes, com 277.727, seguido pelo Japão com um terço desse número. Itália e Espanha seguem em terceiro e quarto, respectivamente. Sem dúvida pelo número total de imigrantes ainda é possível perceber a força remanescente da imigração do início do século. Por outro lado, o crescimento de imigrantes do “Mercosul ampliado” (Mercosul mais Bolívia e Chile) representa 237.318 imigrantes, com Bolívia e Argentina como maiores “contribuintes”, com 50.240 e 42.202, respectivamente. Em relação aos países do MERCOSUL, o número de pedidos é baixo. Isso se deve ao acordo sobre residência para nacionais dos Estados partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile (Dec. nº 28/02, promulgado pelo Decreto nº 6975 de 07/10/2009). A tabela a seguir mostra os principais países de origem dos imigrantes no Brasil, na última década.

### **Figura 4 - Origem dos Imigrantes**

País de residência anterior	Pessoas que residiam há menos de 10 anos ininterruptos na Unidade da Federação		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Alemanha	10 207	5 352	4 855
Argentina	16 381	8 889	7 492
Bolívia	27 260	14 597	12 663
China	7 261	3 905	3 356
Espanha	22 854	11 803	11 050
Estados Unidos	79 327	45 115	34 213
França	12 227	6 772	5 455
Japão	61 694	32 133	29 560
Itália	20 027	10 961	9 066
Paraguai	44 336	22 175	22 161
Portugal	35 653	19 575	16 078

(Fonte: Censo 2010)

Apesar de não ser o principal foco deste trabalho, é importante notar que não foram só os brasileiros que retornaram ao país no período, mas também, estrangeiros que vieram em caráter permanente ou temporário, como demonstra a tabela acima. Ainda que em menor número, é importante analisar essa migração pois também colabora com a ideia de que as melhoras na economia brasileira em relação às outras no período foi um fator importante, uma vez que atraiu diversos grupos e não só brasileiros de retorno.

Na última década a imigração internacional teve um grande crescimento, só entre os dados do Censo de 2000 para o de 2010, esse aumento foi de 87%. Entre os estrangeiros, em torno de 127 mil entraram no país nessa década. Segundo o Ministério do Trabalho, o número de vistos de trabalho, tanto permanentes como temporários, teve um crescimento acelerado no período, especialmente a partir de 2006, que é o início de um período de políticas macroeconômicas expansionistas, como será visto no próximo capítulo. Tanto a política fiscal, quanto em menor parte, a monetária, foram de uma linha que visava o crescimento da economia, com menores taxas de juros, valorização do salário mínimo e transferência de renda. O resultado na economia foi um bom crescimento, e o impacto no número de imigrantes no país fica claro na tabela abaixo:

**Tabela 1 – Vistos de trabalho no Brasil 1999-2012**

Ano	Total de Vistos	Variação
1999	12.709	---
2000	14.741	15,99%
2001	15.903	7,88%
2002	18.062	13,58%
2003	17.389	-3,73%
2004	20.315	16,83%
2005	24.158	18,92%
2006	25.440	5,31%

2007	29.488	15,91%
2008	43.993	49,19%
2009	42.914	-2,45%
2010	56.006	30,51%
2011	69.077	23,34%
2012	67.220	-2,69%

(Fonte: MT-CNIg)

Segundo o Ministério do Trabalho, esse crescimento acelerado no período, seguiu a tendência da economia brasileira, com grande crescimento antes e logo após a crise de 2008. É importante notar que a maior parte desses vistos são temporários, mais de 90% são desse tipo. Esse tipo de visto se caracteriza pelo profissional estrangeiro que permanece no Brasil por prazos que vão de alguns dias a no máximo dois anos, executam a tarefa designada, transferem conhecimentos aos trabalhadores brasileiros e depois deixam o país. Muitos desses estrangeiros também vêm ao Brasil para compor o quadro inicial de novas empresas estrangeiras recém-instaladas no Brasil.

Entre as principais fontes de imigrantes estão os Estados Unidos devido ao fato deste país ainda ser um dos mais importantes parceiros econômicos brasileiros, mesmo com a diversificação de parceiros que ocorreu nos últimos anos. Isso se reflete na política de vistos temporários e permanentes no país.

**Tabela 2 – Vistos de Trabalho por período e país**

Países	Períodos		
	1998-2004	2005-2008	2011-2012
Estados Unidos	18.915	21.526	18.891
Reino Unido	6.306	12.488	9.164
China	4.051	6.002	5.253
França	6.530	6.651	3.615
Alemanha	6.189	6.994	6.584
Argentina	3.950	3.588	1.024
Itália	4.930	5.991	4.721
Espanha	3.825	3.784	3.260
Portugal	2.025	2.783	2.941
Filipinas	3.759	10.924	12.973
Outros	49.344	83.931	67.871
Total	109.824	143.136	136.297

(Fonte: MT-CNIg)

Outro ponto importante é a escolaridade desses imigrantes que recebem um visto de trabalho, especialmente nos últimos anos, de um total de 69.077 vistos em 2011, 40.794 destes

eram para pessoas com ensino superior completo, incluindo mestrados, pós graduações e doutorados. Em 2012, mais de 60% dos vistos eram destinados a essa categoria. Esses profissionais qualificados, são extremamente importantes para a economia brasileira. A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), estimou que são necessários 6 milhões de imigrantes dessa categoria para suprir a demanda do mercado doméstico. Áreas como medicina, engenharia civil, engenharia química e tecnologia da informação são áreas em que o país precisa de mais profissionais do que os disponíveis. O programa “Mais Médicos” do governo, por exemplo, faz parte dessa tentativa, utilizando a mão de obra estrangeira, para suprir a demanda. Além disso, segundo dados da própria SAE, os empregos criados a partir da importação de profissionais no Brasil poderiam gerar entre 1,3 e 4,6 mil empregos para brasileiros, ainda que menos qualificados.

Esses imigrantes são concentrados na região sudeste, principal pólo econômico brasileiro, especialmente o eixo Rio-São Paulo, conforme demonstram os dados do último Censo.

**Figura 5 – Residência de imigrantes por região**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas não naturais da Unidade da Federação					
	Total	Tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação				
		Menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 9 anos	10 anos ou mais
<b>Brasil</b>	<b>27 730 238</b>	<b>1 818 286</b>	<b>2 911 204</b>	<b>2 464 008</b>	<b>2 849 962</b>	<b>17 686 778</b>
<b>Norte</b>	<b>3 098 256</b>	<b>206 546</b>	<b>337 018</b>	<b>296 859</b>	<b>367 154</b>	<b>1 890 678</b>
<b>Nordeste</b>	<b>3 723 814</b>	<b>301 671</b>	<b>427 502</b>	<b>372 830</b>	<b>423 499</b>	<b>2 198 311</b>
<b>Sudeste</b>	<b>12 961 696</b>	<b>713 346</b>	<b>1 220 325</b>	<b>1 030 734</b>	<b>1 159 160</b>	<b>8 838 132</b>
<b>Sul</b>	<b>3 313 199</b>	<b>241 831</b>	<b>388 099</b>	<b>329 872</b>	<b>347 758</b>	<b>2 005 638</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>4 633 273</b>	<b>354 892</b>	<b>538 259</b>	<b>433 712</b>	<b>552 392</b>	<b>2 754 019</b>

(Fonte: Censo 2010)

### 3.5.Imigração de retorno

A migração de retorno é definida como:

“O regresso de migrantes para a terra de origem ou de trânsito, depois de terem residido em outro lugar, o que pode ocorrer dentro dos limites territoriais de um país ou fora de suas fronteiras.” (BOTEGA, Tuíla; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu, 2015)

Além disso, o retorno pode ser forçado – devido a uma decisão administrativa ou judicial – ou voluntário – caso seja produto da livre escolha do indivíduo. Em ambos os casos a predominância é de pessoas do sexo masculino. Temos também o retorno assistido quando o migrante volta para a terra de origem com o apoio logístico e financeiro de um Estado,

Organização não governamental ou organização internacional, ou retorno espontâneo. (CSEM, 2011).

Desse modo, tendo em vistas as facilidades do mundo atual, como a diminuição dos custos de transporte, facilidade dos meios de comunicação e a grande diversidade de fluxos migratórios internacionais, fazem dos retornados um grupo heterogêneo, uma vez que pode haver diversas explicações para o retorno, como por exemplo, uma migração malsucedida, ou seja, as expectativas em relação ao salário e ao emprego não foram alcançados ou foram interrompidas. Essa explicação, não leva em conta as mudanças psicológicas e a experiência adquirida no processo por parte do indivíduo e que podem tê-lo feito mudar de ideia. Outra explicação, mais aceita pelas teorias atuais, pode ser o fato de o retorno ser uma estratégia já planejada e calculada desde a ida e, portanto, um sucesso. Nesse caso, fatores como remessas e o conhecimento adquirido seriam importantes na decisão de retornar, uma vez que assim que não houvesse mais ganhos significativos em um deles ou ambos, significaria que o momento de retorno estaria cada vez mais próximo. Ambas as explicações carecem de uma abordagem psicológica e social, porém, dado o contexto deste trabalho, elas têm mais aplicações na análise dos dados apresentados nesse trabalho.

Segundo o último censo, 455.332 retornaram para o Brasil desde 2000, um número extremamente alto. O gráfico a seguir detalha a origem das principais correntes de imigração para o Brasil, e ainda mais importante, a participação dos Brasileiros retornando a sua terra natal.

**Tabela 3 – Imigrantes de retorno no total**

Países	Total de imigrantes	Brasileiros natos	% Retorno no total
Alemanha	10207	6492	63,60%
Argentina	16381	6339	38,70%
Bolívia	27260	6887	25,26%
Canadá	4967	4137	83,29%
Espanha	22854	17884	78,25%
Estados Unidos	79327	64138	80,85%
França	12227	8003	65,45%
Itália	20027	14225	71,03%
Japão	61694	53825	87,25%
Paraguai	35653	26275	73,70%
Portugal	35653	26610	74,64%
Reino Unido	21285	18391	86,40%

(Fonte: Censo 2010)

Os dados sobre a distribuição dos fluxos migratórios de brasileiros retornados (no caso dos brasileiros natos), segundo o sexo demonstram que 52,5% dos migrantes que retornam ao Brasil são homens e 47,5% são mulheres. Ainda que demonstrando uma proporção mais próxima entre os gêneros, os homens ainda são maioria nos casos de migração (CENSO, 2010). Pode-se supor também que o fato de a maioria dos retornados ser do sexo masculino estar ligado às altas taxas de demissões em setores como construção civil, por exemplo, nos países de destino cujas economias enfrentaram crises, enquanto ocupações tipicamente femininas como domésticas, são muito mais estáveis.

Em relação à idade, mais de 70% dos retornados tem menos de 40 anos, sendo pessoas entre 25-39 anos o maior grupo, representando mais de 40% do total. O que confirma as teorias de que ainda são os jovens adultos em sua maioria que participam das migrações, não só pelo fato de estarem mais abertos às adversidades quanto pelo fato de estarem ainda pouco “enraizados” nos seus países de origem.

É importante notar que países desenvolvidos, que eram o principal destino das emigrações brasileiras, hoje, têm no retorno dessas pessoas sua principal participação na imigração com destino ao Brasil. Países como Japão, Estados Unidos e Canadá têm as maiores porcentagens de brasileiros natos no total de imigrantes, seguidos por outros países desenvolvidos. Além disso, países como Bolívia e Argentina, por outro lado, têm grande parte de imigrantes estrangeiros. Esses números indicam que enquanto o Brasil vem recebendo de volta cada vez mais brasileiros retornando de países desenvolvidos, imigrantes de países em desenvolvimento incluem cada vez mais o Brasil como possível destino.

Esses números demonstram um contraste com a década passada, e ainda que haja emigração no Brasil, a imigração também teve, nessa última década, a importância que havia perdido, e funciona, agora, como encerramento do ciclo do migrante brasileiro.

O nível de preparação entre os retornados também é heterogêneo. Existem desde aqueles com alto nível de preparo, ou seja, aqueles que organizam o retorno baseado nos recursos acumulados e mobilizam esses recursos para iniciar empreendimentos no seu país natal e assim tiram o maior proveito possível da migração. Há aqueles com baixo nível de preparo, cujos recursos acabam sendo insuficientes, seja por interrupção na migração ou por mal planejamento. Assim, para esses, o custo de voltar se torna menor do que os custos de permanecer. Há ainda aqueles que não têm nenhum preparo, geralmente são os que acabam

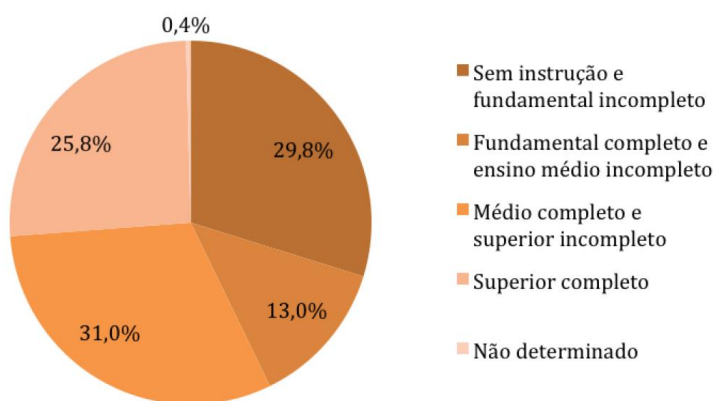


deportados e são obrigados a voltar sem nenhuma meta atingida (CASSARINO, 2004). A crise de 2008 fez com que muitos brasileiros se situassem na segunda categoria, ou seja, muitos tiveram de voltar porque os custos de permanecer sem emprego, e com baixa chance de conseguir outro, se tornaram muito altos.

Em relação aos conhecimentos adquiridos no estrangeiro, há dois lados: Na primeira perspectiva, o capital humano – idioma ou o domínio de ferramentas modernas – adquirido durante a estada fora do país de origem poderia converter-se em estímulo ao retorno e facilitar a obtenção de um melhor emprego ou a abertura do próprio negócio, porém, muitos imigrantes trabalham em empregos pouco qualificados, dessa forma, as ‘habilidades’ adquiridas na migração não seriam aproveitadas no retorno ao Brasil, em virtude da pouca qualificação do trabalho exercido. Além disso, a sua ausência no mercado de trabalho, em virtude da migração, torna o migrante despreparado e atrasado profissionalmente para o contexto brasileiro. Desse modo, não é possível concluir, de maneira geral, se a migração ajudaria ou não na obtenção de um emprego melhor na origem, sendo necessária a análise caso a caso.

Em relação à escolaridade, a maior parte ainda possui ensino médio completo e superior incompleto ou algum nível inferior de escolaridade. Ainda mais interessante é o fato de retornados de países como Estados Unidos, Japão ou Reino Unido, terem um nível de escolaridade na média, enquanto países como Paraguai terem, em sua maioria, retornados sem instrução e fundamental incompleto (CENSO, 2010).

**Figura 6 – Nível de escolaridade de brasileiros retornados (em % do total)**



(Fonte: CENSO, 2010, in BOTEGA, Tuíla; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu, 2015)

É importante comentar ainda que os dados apontam que tanto as iniciativas dos retornados, quanto no consumo destes, tendem a falhar, uma vez que os retornados tendem a orientar seus padrões de consumo para investimentos improdutivos e ostensivos (bens de luxo, grandes casas, entre outros). Em outras palavras, o impacto dos retornados não necessariamente seria visto como uma possibilidade de efeitos multiplicadores de desenvolvimento na medida em que está mediado, justamente, por ideias e planos diferentes de quando foram para os que possuem quando voltam.

Antes de passar para o próximo capítulo, convém comentar que apesar deste trabalho focar no aumento dos casos de imigração com destino ao Brasil, ainda ocorrem no país milhares de casos de emigração. Apesar de os números desta terem diminuído, especialmente entre 2007 e 2009, esse tipo de migração nunca parou, inclusive, houve crescimento na emigração em alguns anos durante a década.

O próximo capítulo tentará entender o que levou essas pessoas a retornar ao Brasil. Em princípio, a política econômica será analisada de modo a entender as mudanças na economia que tornaram a possibilidade de retorno atrativo. Além disso, através da análise de indicadores como desemprego, renda e o câmbio do país e dos principais destinos, será possível entender o motivo do crescimento da imigração de retorno.

## **IV. Política econômica no período 2002-2012**

### **4.1. Introdução**

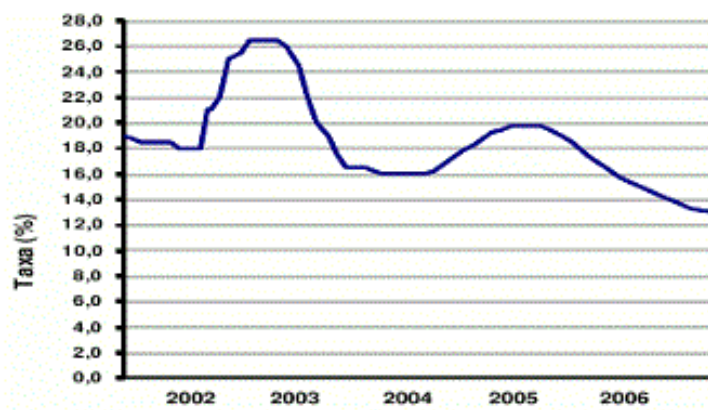
É importante entender as políticas tomadas pelo governo para compreender como estas afetaram a economia do país e tornaram a residência no país mais atrativa tanto para estrangeiros como para brasileiros que há anos desejavam voltar ou simplesmente viram uma oportunidade maior na sua terra natal. A inflação sobre controle mesmo com a taxa de juros em um dígito em boa parte da década, a valorização do salário mínimo, a maior redistribuição de renda e o comportamento positivo do mercado de trabalho, são exemplos de consequências das políticas monetárias e fiscais do governo no período e que foram importantes para o crescimento da economia no período.

#### 4.2. Resumo do período

O período de 2002-2012 foi marcado pela consolidação do processo de estabilização iniciada pelo Plano Real, anos antes. A inflação no período foi controlada, o crescimento acelerou, com menção especial a 2010, onde houve um crescimento de 7,5%, algo que não ocorria há décadas no país. As reservas internacionais, cujo volume foi um problema durante a década passada, tiveram um acúmulo considerável no período. Outro fator importante para a atração de um indivíduo que não habita no país, o volume de empregos, teve um expressivo aumento, representando a inclusão de milhares de pessoas no mercado formal de trabalho, em contraste com o expressivo aumento da informalidade no final da década passada. Em conjunto com o aumento do salário real no período, Barbosa (N. BARBOSA, 2013), considera que a política econômica dos últimos dez anos tornou o país mais estável e menos desigual. Ele cita três fatores que tornaram isso possível: os programas de transferência de renda, que geraram um círculo virtuoso de crescimento, expansão do mercado interno e um comportamento muito positivo no mercado de trabalho; as decisões rápidas do governo na crise de 2008 e a tentativa do governo de construir uma estrutura produtiva mais eficiente a partir de 2011 em conjunto com a manutenção e ampliação dos programas sociais. Outros autores salientam também que a recuperação do crescimento, e do investimento, teve um impacto importante sobre o emprego. Além da diminuição da dívida líquida do setor público, o país tornou-se credor líquido externo, um excelente contraste do que foi nas décadas passadas.

O início do governo Lula foi marcado por um ataque especulativo motivado pelo medo em relação a possíveis mudanças radicais, que não só não se concretizaram, como não houve mudanças estruturais na economia brasileira no sentido do modelo desenvolvimentista (R. GONÇALVES, 2012.a e R. GONÇALVES, 2013.a). A taxa de juros tem um aumento considerável no início do mandato chegando a mais de 25% ao mês, mas cai logo depois e mantém uma trajetória estável, com tendência de queda. Se aproximando de um dígito na metade da década.

**Figura 7 – Taxa SELIC 2002-2006**



(Fonte: BCB)

A Selic foi usada durante toda a década como fator de atração de capital externo e combate a inflação, que teve, durante a maior parte da década, um comportamento também estável e dentro da meta.

Como é possível notar pela figura, o quadro econômico melhora em 2004, puxado por uma situação externa favorável. Levando o PIB a um crescimento de 5,7%. Isso se deveu ao fato de que o real ainda se encontrava extremamente depreciado, favorecendo a exportação (houve safra recorde em 2004/2005, próxima de 130 milhões de toneladas de grãos, especialmente soja), porém ainda em um nível favorável para a indústria nacional. É nesse período, também, que o comércio bilateral Brasil-China começa a ter uma importância no PIB nacional. A taxa de desemprego média, segundo a PME, no ano fica próxima a 11,5%, menor que a do ano anterior de 12,3%, porém ainda bastante alta. É importante notar que a taxa de câmbio ainda tinha espaço para cair sem prejudicar consideravelmente a competitividade das exportações brasileiras, fato que não continuou ocorrendo nos anos posteriores. É nesse ano que é criado pelo Governo Federal, o Programa Bolsa Família, através da Lei Nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004. Esse programa de transferência de renda consistiu na ampliação e unificação de alguns outros benefícios menores, tornar-se-ia marca registrada do atual governo e carro-chefe de sua política social durante toda a década. Já ao final de 2005 mais de 8 milhões de famílias eram atendidas. O fim da dívida com o FMI que vinha há décadas se arrastando de governo em governo, também ocorreu em 2004, dando mais autonomia para o país conduzir sua própria política econômica e a reforma da previdência, elevando o teto das contribuições e a introdução de uma idade mínima, dando mais estabilidade ao peso das aposentadorias dos servidores públicos.

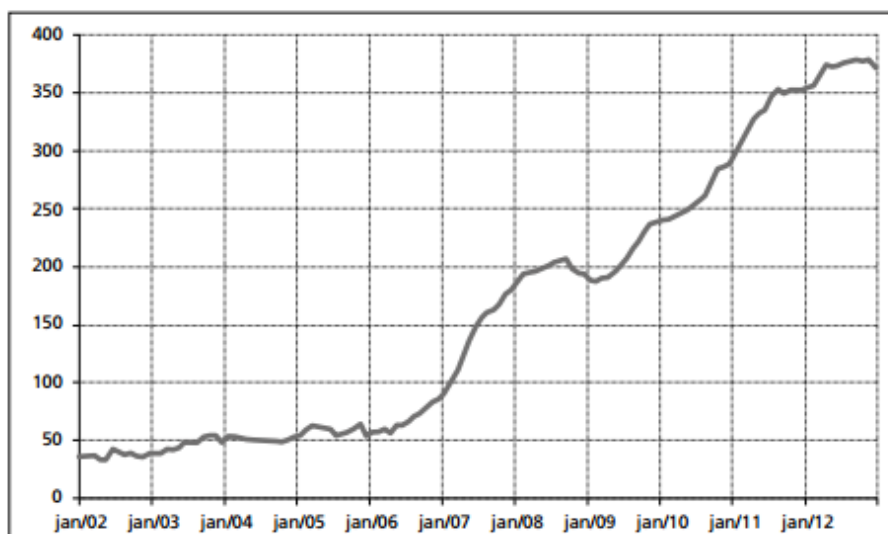
A partir de 2006, o governo dá início a uma política expansionista, tanto monetária quanto fiscal, algo que não ocorria havia décadas no país. No ano de 2006, o salário mínimo tem seu maior aumento real (13,53% em relação ao IPCA e 13.04% em relação ao INPC) das últimas décadas. A política monetária foi marcada pela queda da Selic, que foi auxiliada por uma nova safra recorde em 2006/2007, puxada por milho, algodão e soja, que funcionou como uma ‘âncora verde’ para a inflação no período, ainda mais pelo fato do preço das *commodities* ter tido um forte aumento, graças a demanda chinesa, gerando desse modo, uma grande apreciação na taxa de câmbio brasileira, neutralizando o impacto interno do aumento do preço desses produtos. É nesse período que os impactos do aumento do salário, da distribuição de renda e queda no desemprego começam a aparecer no consumo das famílias, que aumenta em ritmo elevado junto com o volume de crédito, que em 2008 chega próximo dos 40% do PIB, ainda distante de valores como o americano, mas ainda bastante superior aos 28% de três anos antes.

Um dos pontos importantes do período é o grande aumento das importações graças a grande apreciação do real, provocando uma redução do saldo comercial, que tornar-se-ia deficitário nos próximos anos, deixando o saldo em conta corrente ainda mais deficitário. Porém, a entrada de capital externo foi extremamente alta, atingindo recordes em 2008, gerando reservas de mais de 200 bilhões de dólares.

É importante salientar, que alguns autores, indicam que o país estava em uma situação de vulnerabilidade externa, uma vez que o seu passivo externo era maior do que o ativo externo, além de ter de arcar com o custo de manter um grande volume de reservas internacionais (R. GONÇALVES, 2013). O gráfico abaixo demonstra as variações no total de reservas do Brasil.

**Figura 8 – Reservas internacionais no Brasil (em bilhões de dólares)**

Reservas internacionais no Brasil – conceito liquidez (em bilhões de dólares)



(Fonte: N. BARBOSA, 2013)

Em 2006/2007 tem início o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), um programa de obras, desonerações e incentivos visando o crescimento do país, através do investimento governamental, que apesar de alguns bons resultados, não teve um impacto tão grande quanto o esperado no crescimento brasileiro no período.

Já no início de 2008 é possível sentir os primeiros efeitos da crise, com início do aumento da inflação, da incerteza e restrição de crédito, especialmente, após a falência do Lehman Brothers e outros bancos menores. Bancos dos principais centros mundiais buscaram ativos de menor risco, com maior liquidez, desvalorizando assim, ativos e *commodities* de países em desenvolvimento, entre eles o Brasil. Devido à menor entrada de capital externo e a queda da exportação, houve uma depreciação fulminante na taxa de câmbio, gerando cancelamento de investimentos privados por todo país. Tudo isso impactou negativamente o consumo, que também começa a cair.

É nesse contexto que o governo começa a agir para reverter a situação. Para isso, ele recorre à diminuição da Selic e o aumento da liquidez, visando conter a queda do investimento e do consumo.

Gráfico 1 – Taxa SELIC 2006-2010 (em % a.m)



(Fonte: BCB)

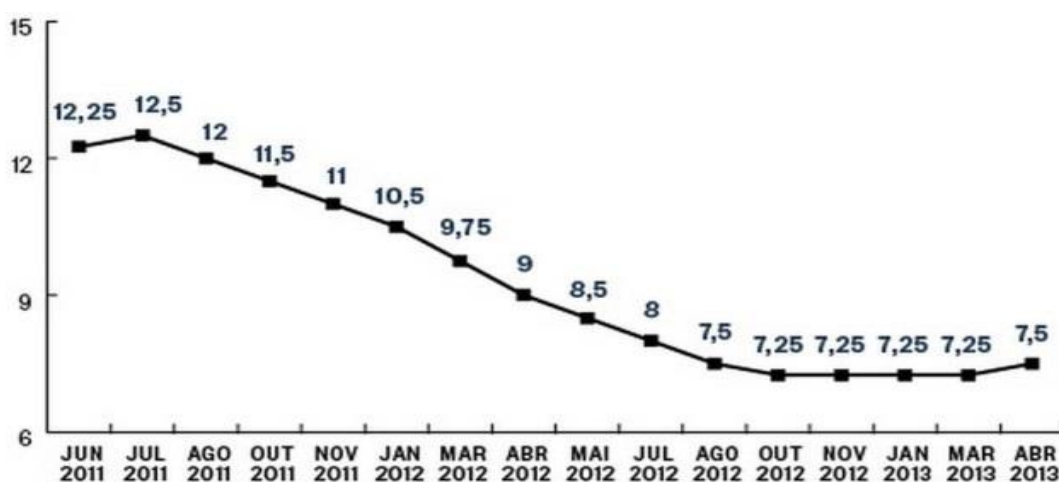
Houve diversas desonerações fiscais, como o IPI para carros e eletrodomésticos, por exemplo, além de manter os programas de distribuição de renda, mesmo com queda de receita do governo e elevar a oferta de crédito por parte dos bancos públicos, tendo de ser seguido pelos privados. Tudo para reverter a queda no consumo das famílias. As reservas internacionais que o país havia acumulado e se encontravam próximas dos 200 bilhões de dólares, foram extremamente importantes para que o governo, através de *swap cambiais*, pudesse financiar as exportações e as necessidades de liquidez externa dos bancos. A Selic também volta a ter um dígito, graças às sucessivas quedas praticadas pelo BCB, além disso, o aumento do salário mínimo foi mantido, visando continuar a política expansionista. O BNDES, a Caixa e o Banco do Brasil, tiveram um importante papel, como precursores no aumento da oferta de empréstimos, forçando bancos privados a também seguir essa política. Os investimentos do governo tanto com o PAC quanto com o Minha Casa, Minha Vida, voltado a ampliar a oferta de moradias a famílias de baixa renda, tem um impacto extremamente positivo no crescimento econômico. Somado às obras de eventos esportivos nos anos seguintes, esses programas contribuíram para o maciço crescimento do setor de construção civil e queda do desemprego.

Todas essas ações geram uma rápida recuperação da economia, culminando em um crescimento de 7,5% do PIB em 2010. O investimento foi o responsável pela mudança abrupta do PIB de um ano para o outro, indo de uma queda superior a 10% em 2009 para um aumento de mais de 20% no ano seguinte. O consumo, graças a todas as desonerações e o aumento do salário mínimo teve um aumento substancial também. A entrada de capital externo voltou a

crescer no fim do período, graças à melhora na economia mundial e a elevação dos preços das *commodities*. Nesse contexto, o real volta a se apreciar para menos de 2 reais por dólar, fato que será muito importante para diversos imigrantes brasileiros, uma vez que tem impacto direto nas remessas enviadas as suas famílias.

O governo Dilma começa nesse período, como continuidade do anterior, tanto política quanto economicamente. Houve aumento da Selic e redução dos gastos do governo, sem diminuir os gastos com os programas sociais, concentrando-se no funcionalismo. O governo define como objetivos a queda da taxa de juros e a depreciação do real, que estava prejudicando a indústria nacional devido a grande apreciação no fim do período anterior. A Selic mantém uma trajetória de queda durante o período.

**Figura 9 – Taxa SELIC 2011-2012 ( em % a.m)**



(Fonte: BCB)

Houve baixo crescimento do PIB tanto em 2011 quanto 2012 e aumento da inflação, especialmente em 2012, devido a quebras de safras internas e externas, além do aumento do salário e dos preços dos serviços.

Antes de fazer um balanço da década, é importante notar que alguns autores citam que apesar dos avanços, diversos problemas não foram solucionados. Giambiagi (F. GIAMBIAGI, 2011) cita que apesar de ter aproveitado um contexto externo extremamente favorável, o governo não aproveitou as possibilidades para resolver velhos problemas, como por exemplo, baixas taxas de investimento e poupança doméstica, entre outros. Outros autores são ainda mais críticos. Gonçalves (R. GONÇALVES, 2013), descreve o período como uma continuação do modelo praticado na década anterior, o que ele denomina de Modelo Liberal Periférico.



**Figura 10 – Variação percentual do PIB por presidente – média anual**

**Variação % real do PIB segundo o mandato presidencial, média anual, 1890-2014**

		<b>Variação real do PIB</b>		<b>Variação real do PIB</b>	
1	Garrastazu Médici	11,9	16	José Sarney	4,4
2	Deodoro da Fonseca	10,1	17	Getúlio Vargas I	4,3
3	Café Filho	8,8	18	Castello Branco	4,2
4	Jânio Quadros	8,6	19	Lula	4,0
5	Juscelino Kubitschek	8,1	20	Artur Bernardes	3,7
6	Costa e Silva	7,8	21	João Goulart	3,6
7	Eurico Dutra	7,6	22	Hermes da Fonseca	3,5
8	Epitácio Pessoa	7,5	23	Campos Sales	3,1
9	Ernesto Geisel	6,7	24	Dilma Rousseff	2,8
10	Nilo Peçanha	6,4	25	Afonso Pena	2,5
11	Getúlio Vargas II	6,2	26	João Figueiredo	2,4
12	Washington Luís	5,1	27	Fernando Henrique	2,3
13	Itamar Franco	5,0	28	Venceslau Brás	2,1
14	Rodrigues Alves	4,7	29	Fernando Collor	-1,3
15	Prudente de Moraes	4,5	30	Florianópolis	-7,5
<b>Média</b>		<b>4,5</b>	<b>Mediana</b>		<b>4,7</b>

Nota: A média para o governo Dilma Rousseff baseia-se nas estimativas e projeções do FMI (FMI, 2012).

(Fonte: R.GONÇALVES, 2013)

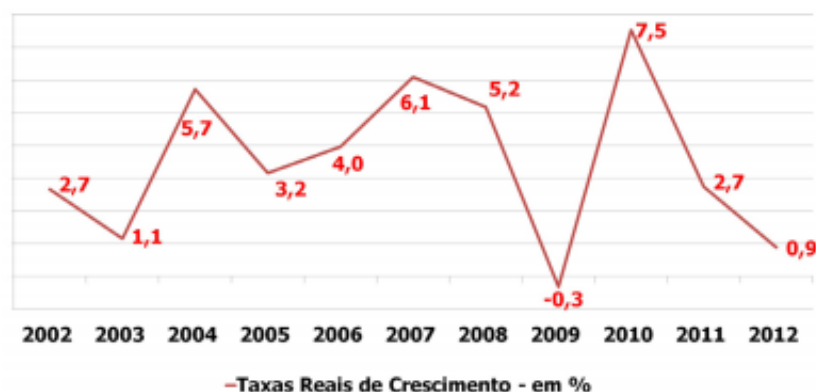
Ele demonstra que se o crescimento do período for comparado aos padrões históricos como na figura acima, este é considerado bastante fraco, e ainda mais considerando-se a situação externa favorável em mais da metade dessa década.

É importante notar que embora este trabalho não esteja focado em tentar explicar as diversas opiniões sobre a economia brasileira na última década, é sem dúvida interessante notar que há discordância quanto ao fato de que se poderia ter tido maior crescimento e resolução de problemas antigos.

#### 4.3. Balanço da década

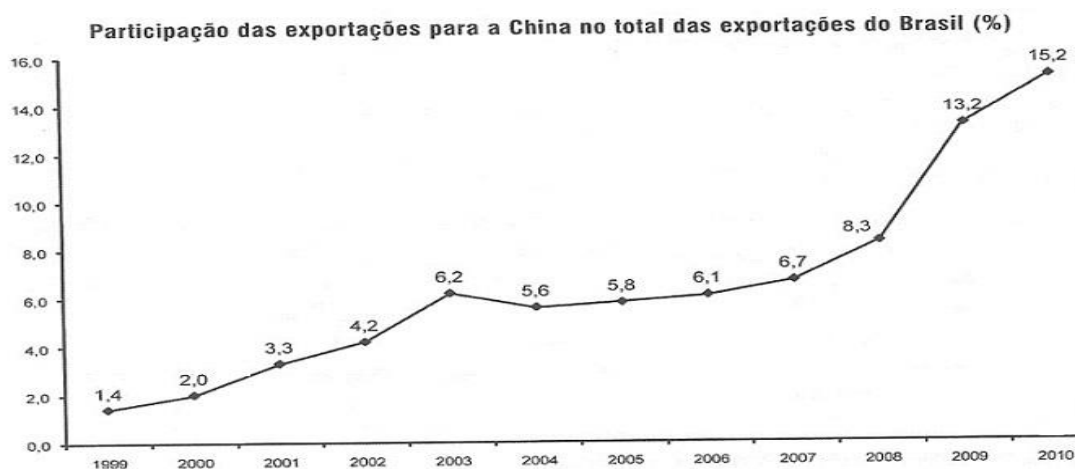
Quando se analisa essa década, o Brasil teve um crescimento acumulado de 42,1% no PIB, um resultado muito melhor que nas últimas duas décadas, mesmo com a crise financeira de 2008, com um crescimento médio de aproximadamente 3% ao ano.

**Figura 11 – Taxa de crescimento do PIB – 2002-2012**

**Taxas de crescimento do PIB – 2002 a 2012 (em R\$ Trilhões)**

(Fonte: IPEADATA)

O consumo das famílias também teve um bom crescimento, acumulado em 51,4% nos últimos dez anos. A formação bruta de capital fixo, ainda o componente mais incerto do PIB nacional, tem um ótimo crescimento, acima dos 75% na década. Porém, mais preocupante é o crescimento expressivo das importações, de 177,5% no período, mais que o dobro das exportações. Outra grande mudança no período foi o principal parceiro externo do Brasil. No início da década, os EUA representavam mais de 25% das nossas exportações, ao final, menos de 10%. A China, por outro lado, que antes representava menos de 1%, agora é nossa maior parceira com mais de 15% do total.

**Figura 12 – Participação das exportações para a China no total das exportações do Brasil**

(Fonte: F. GIAMBIAGI, 2011)

O número de indivíduos na pobreza, segundo critério do Governo Federal, teve uma forte queda, especialmente, de 2004 em diante, passando de mais de 25% da população, para menos de 14% em 2011, graças aos aumentos sucessivos do salário mínimo, dos programas de distribuição de renda, do auxílio a compra da casa própria e desonerações temporárias e permanentes em eletrodomésticos. Acompanhado a isso há uma maior formalização do mercado de trabalho, em contraste com a década passada. No atual período, a taxa de formalização passa de 44% para 54% nos dez anos. Desse modo, apesar de ter tido um cenário externo favorável e ter negligenciado a oportunidade de reformas estruturais necessárias, como a tributária, ou reduzir a vulnerabilidade externa, os governos da última década conseguiram manter a inflação em relativa estabilidade, com bom crescimento, diminuição da pobreza e informalidade, além de diversificar os parceiros econômicos externos. Fatores estes que podem ter contribuído para a decisão de retorno. Como será visto no próximo capítulo.

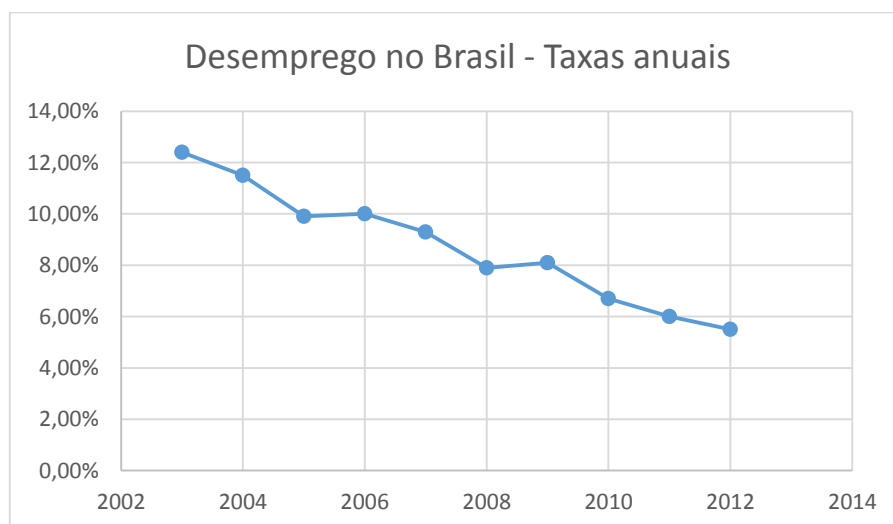
## V. Fatores de *Push-Pull*

### 5.1. Desemprego

A taxa de desemprego pode ser considerada, segundo a pesquisa de Jerome (1926), um dos principais indicadores de atração ou repulsão de mão de obra imigrante. Se no início da década de 1990 essa taxa representava um dos principais fatores que levavam um indivíduo a emigrar, a partir da metade da década seguinte, com a queda do desemprego, essa taxa em queda exerceu grande influência na decisão de milhares de brasileiros e estrangeiros que entravam no país.

Em dezembro de 2012, segundo a PME do IBGE, a taxa de desemprego em dezembro foi de 4,6% a menor média mensal da série histórica, assim como o ano de 2012, com sua média de 5,5%, também foi a menor na série. Isso demonstra que o mercado de trabalho brasileiro continua seguindo uma trajetória de aquecimento, iniciada em 2003, e que mesmo com um leve aumento em 2009 devido à crise na economia mundial, o reaquecimento do mercado de trabalho foi rápido e mais do que compensou esse ano, nos anos seguintes. O gráfico abaixo demonstra as taxas anuais de desemprego no país segundo a PME.

**Gráfico 2 – Desemprego no Brasil 2003-2012 em % do total - PME**

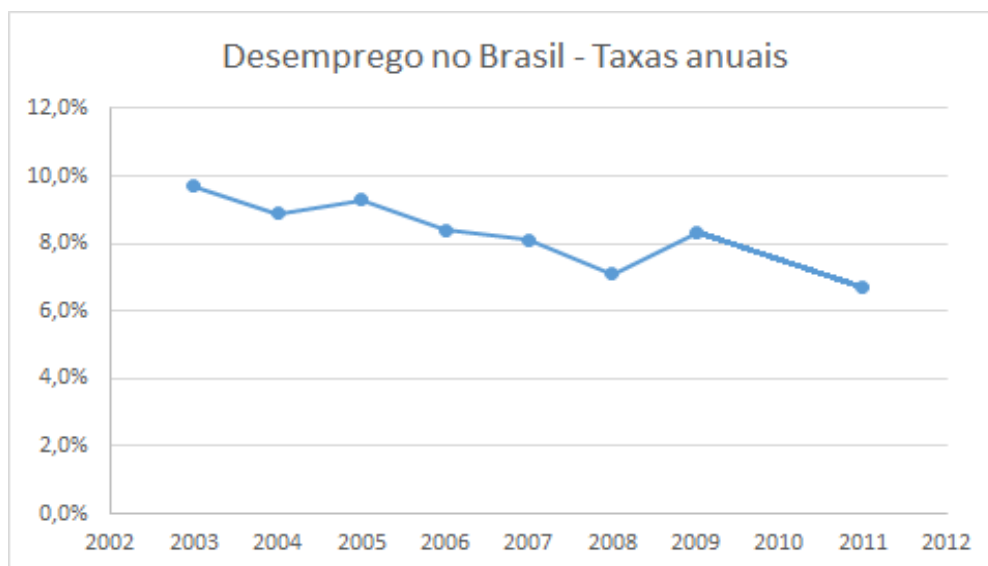


(Fonte: PME/IBGE)

A PNAD, também do IBGE, demonstra uma queda nessa taxa, conforme o gráfico abaixo. É importante lembrar que as diferenças entre a PME e a PNAD são metodológicas. Enquanto a PNAD visita domicílios, distribuídos entre as cinco grandes regiões do país,

a PME abrange apenas as seis maiores regiões metropolitanas do país – São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre.

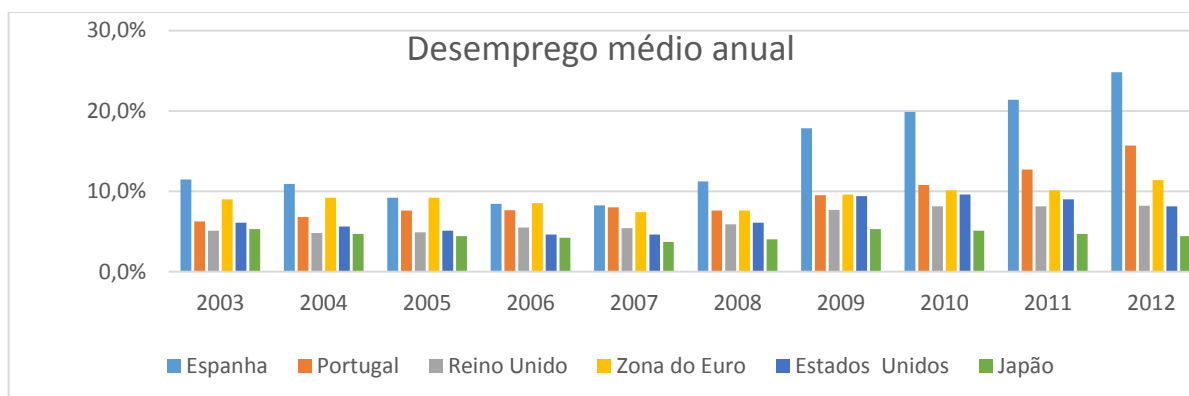
**Gráfico 3 – Desemprego no Brasil 2003-2012 em % do total - PNAD**



(Fonte: PNAD/IBGE)

O importante é notar que ambas têm trajetórias muito parecidas, com uma queda acentuada a partir de 2005, um leve aumento da desocupação em 2009 e uma queda ainda maior nos anos seguintes. Além disso, é importante notar que enquanto o Brasil tinha níveis decrescentes de desocupação na década, diversos países vinham tendo resultados opostos, especialmente após 2008. Entre eles estavam os principais destinos de imigrantes brasileiros, como Estados Unidos, Portugal e Espanha. O gráfico abaixo mostra o desemprego nos principais destinos internacionais da mão de obra brasileira.

**Gráfico 4 – Desemprego nos principais destinos de brasileiros 2003-2012 em % do total**



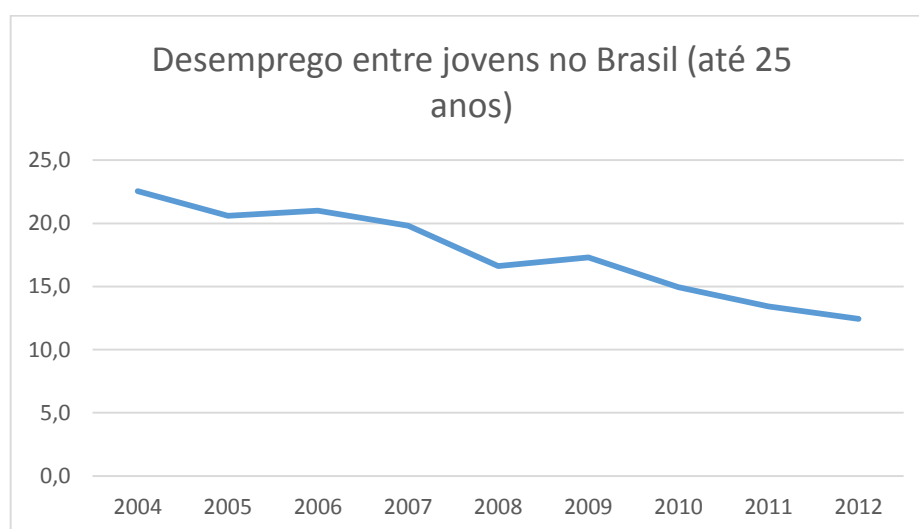
(Fonte: Eurostat)

É essencial notar que não se pode comparar uma taxa a outra pela diferença de metodologia, porém, é possível demonstrar as trajetórias.

Além disso, é importante notar a taxa de desemprego entre pessoas jovens, já que estes constituem a grande parte daqueles que emigram no mundo. Estudos como o de Mincer (2008), demonstram que a mobilidade era elevada entre os adultos e as famílias jovens devido à influência dos casamentos, expansão do núcleo familiar com o nascimento dos filhos e mudanças relacionadas com o emprego ou escolaridade e declinava à medida que a idade progredia, devido à anulação da influência dessas variáveis.

Enquanto o Brasil apresentou um padrão de queda próximo ao desemprego geral, conforme no gráfico abaixo

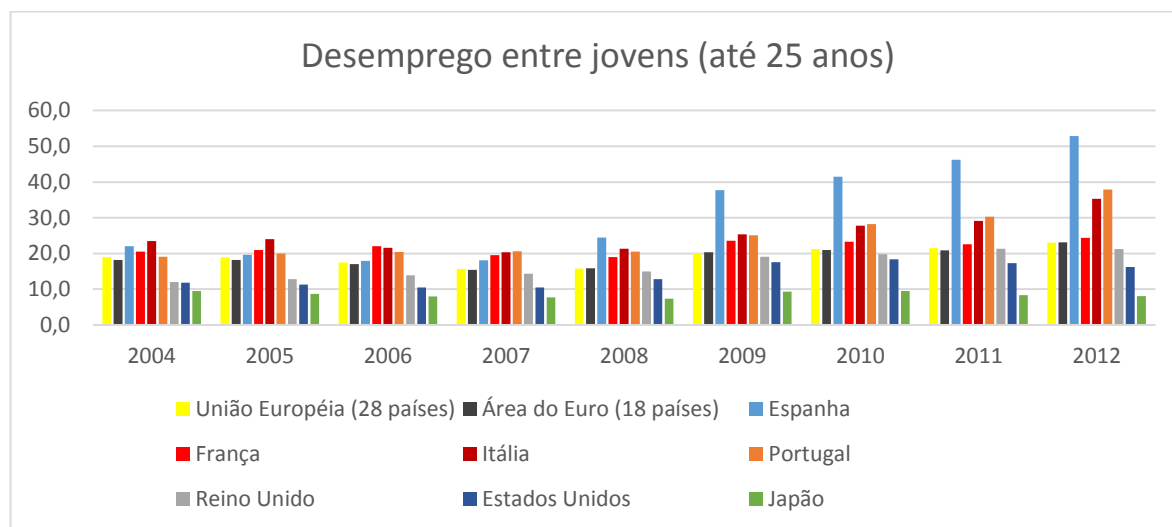
**Gráfico 5 – Desemprego entre jovens no Brasil 2004-2012 em % do total - PME**



(Fonte: PME/IBGE)

Tradicional destinos brasileiros como Portugal, Espanha, Estados Unidos, entre outros, tiveram um crescimento grande na taxa de desocupação entre jovens. Casos como o português, o italiano, e especialmente o espanhol, são extremamente preocupantes. Situações como essas diminuem as chances de um imigrante tentar a sorte em um desses países, além de aumentar a probabilidade de aqueles que já estejam mudar de país, ou provavelmente, retornar ao seu país de origem. O gráfico abaixo fornece os dados das taxas de desemprego nos principais destinos daqueles que emigram para o exterior no Brasil.

**Gráfico 6 – Desemprego entre jovens nos principais destinos de brasileiros 2004-2012 em % do total**



(Fonte: Eurostat)

Até que ponto a queda do desemprego brasileiro seria um fator de atração e o aumento deste em países tradicionais receptores de mão de obra brasileira seria um fator de expulsão, não é possível dizer, mas ambos são importantes para o indivíduo tomar sua decisão de retorno. Alguns autores como Jerome (1926), acreditam que quando um país consegue atrair mão de obra de diversos países diferentes, esse seria um sinal que a atração exercida pelo destino seria muito mais forte do que fatores na origem, como no caso americano na virada do século XIX para o XX, porém, ele acrescenta que não há motivos para crer que os fatores de expulsão não poderiam ter tido seu devido impacto na decisão final do indivíduo.

## 5.2. Rendimento

Sendo a principal fonte de renda do trabalhador, o salário real é um dos principais índices de uma economia. Desde a introdução do real até o período atual, o salário mínimo real brasileiro teve grandes variações, assim como a economia no período. Em menos de vinte anos, o salário brasileiro passou de pouco mais de cem dólares para mais de trezentos. Ainda que não seja excepcionalmente alto, quando comparado a outros, não há dúvida que é possível notar uma melhora só pela evolução do salário mínimo. Conforme já comentado, durante grande parte da década, o governo manteve a política de valorização do salário mínimo, reforçando-a especialmente a partir de 2005 e, além disso, a manteve durante a crise de 2008. A evolução do salário mínimo no Brasil desde a introdução do real como moeda brasileira pode ser vista na figura abaixo.

**Tabela 4 – Salário mínimo no Brasil 1995-2012**

SalárioMínimo Brasil 2002-2012						
Ano	Governo	Valor	% aumento	Inflação (IPCA)	Aumento Real	Valor (US\$)
1995	FHC	R\$ 100,00	0,00%	22,41%	0,00%	\$ 109,89
1996	FHC	R\$ 112,00	12%	9,56%	2,44%	\$ 113,13
1997	FHC	R\$ 120,00	7,14%	5,22%	1,92%	\$ 112,78
1998	FHC	R\$ 130,00	8,33%	1,66%	6,67%	\$ 114,04
1999	FHC	R\$ 136,00	4,62%	8,94%	-4,32%	\$ 81,45
2000	FHC	R\$ 151,00	11,03%	5,97%	5,06%	\$ 87,28
2001	FHC	R\$ 180,00	19,21%	7,67%	11,54%	\$ 83,71
2002	FHC	R\$ 200,00	11,11%	12,53%	-1,42%	\$ 86,21
2003	FHC	R\$ 240,00	20%	9,30%	10,70%	\$ 72,07
2004	Lula	R\$ 260,00	8,33%	7,60%	0,73%	\$ 88,15
2005	Lula	R\$ 300,00	15,38%	5,69%	9,69%	\$ 119,52
2006	Lula	R\$ 350,00	16,67%	3,14%	13,53%	\$ 162,79
2007	Lula	R\$ 380,00	8,57%	4,45%	4,12%	\$ 186,27
2008	Lula	R\$ 415,00	9,21%	5,90%	3,31%	\$ 247,03
2009	Lula	R\$ 465,00	12,05%	4,31%	7,74%	\$ 198,70
2010	Lula	R\$ 510,00	9,68%	5,90%	3,78%	\$ 296,52
2011	Lula	R\$ 545,00	6,81%	6,50%	0,31%	\$ 330,30
2012	Dilma	R\$ 622,00	14,13%	5,83%	8,30%	\$ 334,40

(Fonte: IPEADData)

Além de o salário mínimo ter crescido no período, os programas de redistribuição de renda, especialmente o Bolsa-Família, tiveram grande impacto na redução da pobreza no país. Desde sua implantação milhares de pessoas saíram da pobreza no país, como mostra o gráfico abaixo.

**Gráfico 7 – Número de pessoas abaixo da linha de pobreza no Brasil<sup>3</sup>**

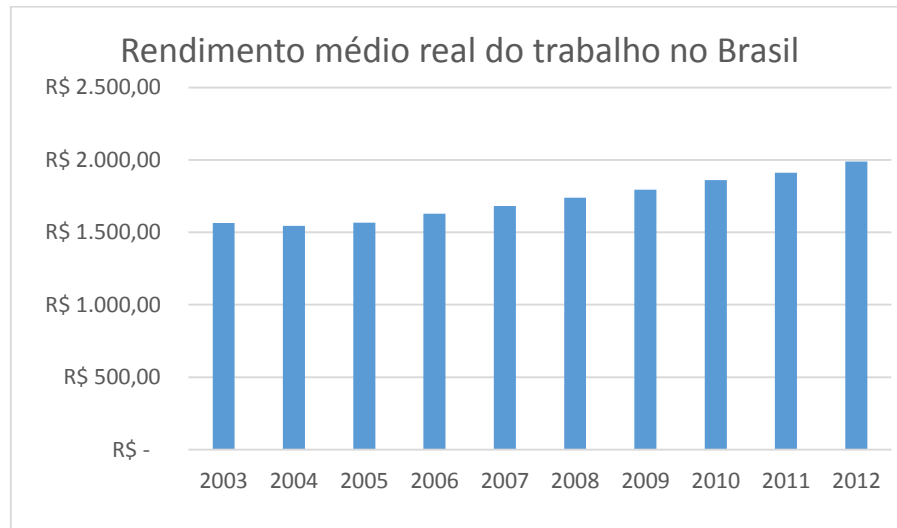
<sup>3</sup> Segundo critério do Governo Federal



(Fonte:PNAD/IBGE)

Ao somar tanto os aumentos no salário mínimo quanto as políticas de distribuição de renda, é possível ver um claro aumento no rendimento médio real anual do brasileiro.

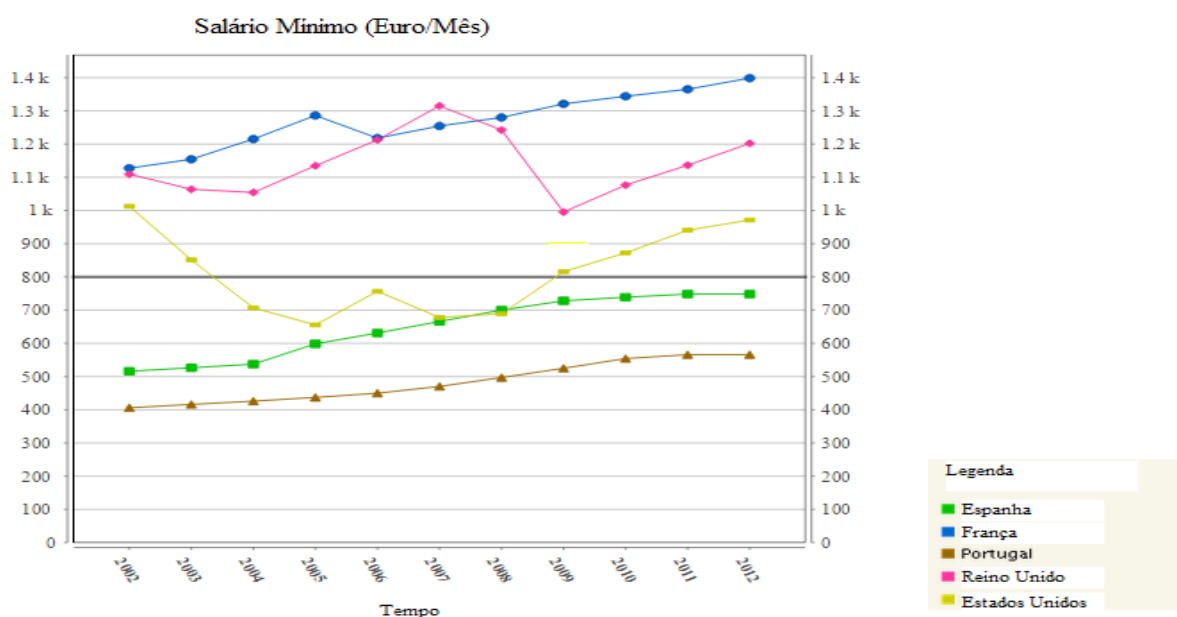
**Gráfico 8 – Rendimento médio real do trabalho no Brasil 2003-2012 (em R\$/ano)**



(Fonte: PNAD/IBGE)

Enquanto o salário real brasileiro apresentava crescimento anual, o salário mínimo em alguns países de destino da mão-de-obra brasileira apresentou comportamento mais instável, especialmente durante a crise, quando muitos desses imigrantes resolveram retornar.

**Gráfico 9 – Salário mínimo nos principais destinos de brasileiros 2002-2012 (em Euro/ano)**



(Fonte: EuroStats)

É importante notar que esses dados não indicam salário real, só o salário mínimo oficial. Além disso, para comparar melhor é necessário não somente olhar o salário, mas também o custo de vida e o câmbio. O que será feito nos próximos tópicos.

Além disso, ao pensar em migrar, um indivíduo precisa primeiro saber a possibilidade de conseguir um emprego no novo local. Em segundo lugar, quanto esse trabalho pode lhe render. Uma melhora substancial no rendimento desse indivíduo, no seu local de origem, pode, muito provavelmente, tornar-se um fator para que a migração não ocorra. Além disso, não há dúvidas que a chance de ganhar um rendimento, ainda que menor, porém com possibilidades crescentes, próximo da sua origem, é melhor do que um rendimento maior em um local distante, conforme a teoria das oportunidades intervenientes de Stouffer (1940). Desse modo, o indivíduo teria de levar em conta não só a distância, mas, inclusive, as oportunidades no destino e nos locais entre ele e a origem, como na citação abaixo:

It proposes that the number of persons going a given distance is directly proportional to the number of opportunities at that distance and inversely proportional to the number of intervening opportunities. Another way of stating the same hypothesis is that the number of persons going a give distance is directly proportional to the percentage increase in opportunities at that distance.<sup>4</sup> (Stouffer, 1940)

### 5.3. Valorização do real

A consolidação da estabilidade econômica da última década, somada às melhores avaliações de agências de *rating*, como a Standard & Poor's e uma taxa de juros bastante alta quando comparada com outros países, permitiram ao país atrair um volume inédito de dólares em investimentos de longo prazo, proveniente, por exemplo, de grandes fundos de investimentos europeus e americanos, aumentando a oferta da moeda americana e, conseqüentemente, derrubando sua cotação. Além disso, em quase todo o mundo, o dólar tem perdido valor, resultado de uma política de ajustes que vem sendo feita nos Estados Unidos.

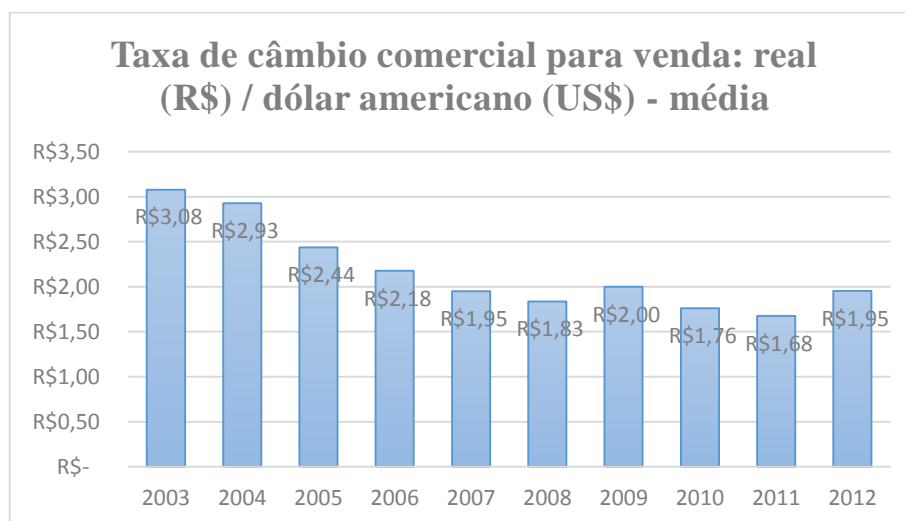
Soma-se a isso o fato de apesar de ter uma política de câmbio flutuante, o Banco Central brasileiro muitas vezes interfere no mercado de dólares, comprando e vendendo de modo a atender suas necessidades, e principalmente, controlar a inflação. A utilização dessa chamada

---

<sup>4</sup> Tradução: (Essa Teoria) Propõe que o número de pessoas com destino a uma dada distância é diretamente proporcional ao número de oportunidades nessa distância e inversamente proporcional ao número de oportunidades intervenientes. Outro modo de exprimir a mesma hipótese é que o número de pessoas com destino a uma dada distância é diretamente proporcional ao aumento percentual de oportunidades nessa distância. (tradução própria)

âncora cambial, como já citado como parte das políticas econômicas da década, tem grande importância no país.

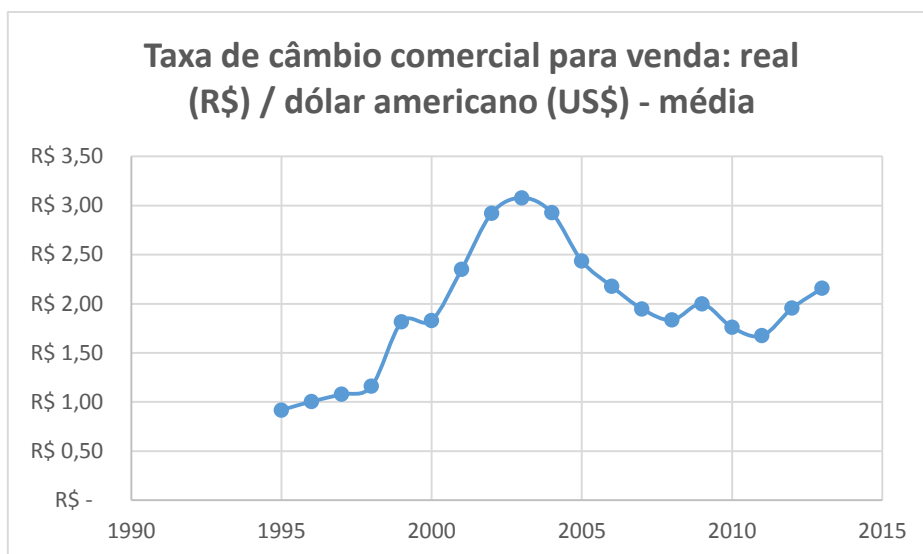
**Gráfico 10– Taxa de câmbio comercial para venda: real (R\$) / dólar americano (US\$) – média – 2003-2012**



(Fonte: IPEADData)

A partir de 2003, com a valorização do real frente ao dólar, começam a ocorrer diversos impactos na economia brasileira. Entre os mais percorridos estão os possíveis efeitos na indústria e comércio nacionais. Porém, um dos principais impactos da valorização do real diz respeito aos imigrantes e todos aqueles que um dia pensaram nessa possibilidade. Ter a chance de trabalhar e receber seu salário em uma moeda como o dólar, por exemplo, sempre foi um dos principais determinantes na escolha de um emigrante. Além de poder conseguir uma boa poupança em moeda estrangeira, muitas dessas pessoas têm o hábito de enviar somas mensais ou anuais para familiares ou amigos no seu país origem, de modo a complementar a renda destes. Com a valorização do real frente ao dólar, e outras moedas, tornam-se cada vez menos interessante todas as dificuldades para receber em moeda estrangeira. Quando visto os dados do período de implantação do Real até 2013, é ainda mais nítida a valorização do real a partir de 2003.

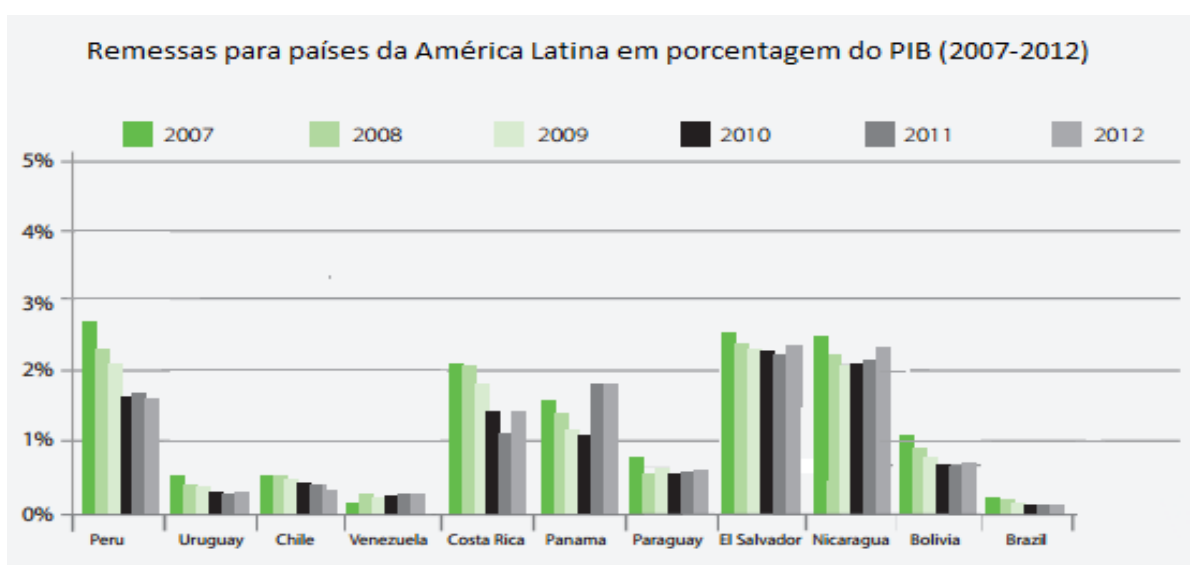
**Gráfico 11 - Taxa de câmbio comercial para venda: real (R\$) / dólar americano (US\$) – média 1995-2013**



(Fonte: IPEADData)

Essas remessas que os brasileiros enviam do exterior, apesar de constituírem um pequeno percentual do PIB nacional, assumem quantias vultosas. De um modo geral, esse montante entra no cálculo do PIB, mas não apresenta um efeito desenvolvimentista nacional, a não ser no caso específico de cidades como, o município de Governador Valadares. Em 2009, essas remessas internacionais representam 0,3% do PIB e tem a sua origem distribuída entre a Ásia (31,9%), Europa (27,3%) e Estados Unidos (29,1%) (PNUD, 2009), um volume que vai se tornando menor desde 2007.

**Figura 13 – Remessas para países da América Latina em % do PIB 2007-2012**



(Fonte: MIF/IDB)

Quando comparado a outros países latino-americanos, o Brasil tem uma das menores taxas de remessas como porcentagem do PIB. Além disso, nos últimos anos vem sendo apresentadas taxas menores ou com pouca variação, ao contrário de outros países como Paraguai, Venezuela entre outros da América Central, que apesar de queda após a crise, essa taxa tem recuperado seu crescimento mais rápido. O caso brasileiro deve-se em grande parte ao crescente número de retornados ao país, especialmente graças ao repatriamento de imigrantes que estavam no Japão e na Europa. Em 2012 houve um retorno, ainda que pequeno, no aumento de remessas enviadas ao Brasil, especialmente dos Estados Unidos, graças ao aumento da taxa de emprego entre os imigrantes brasileiros nesse país.

Se em 2004, com 5,1 bilhões de dólares, o Brasil era o segundo maior receptor de remessas na América Latina, atrás apenas do México (26,3 bilhões), em 2012, com seus 1,989 bilhões, o país ocupa a nona posição, logo pouco à frente do Haiti (1,988 bilhões).

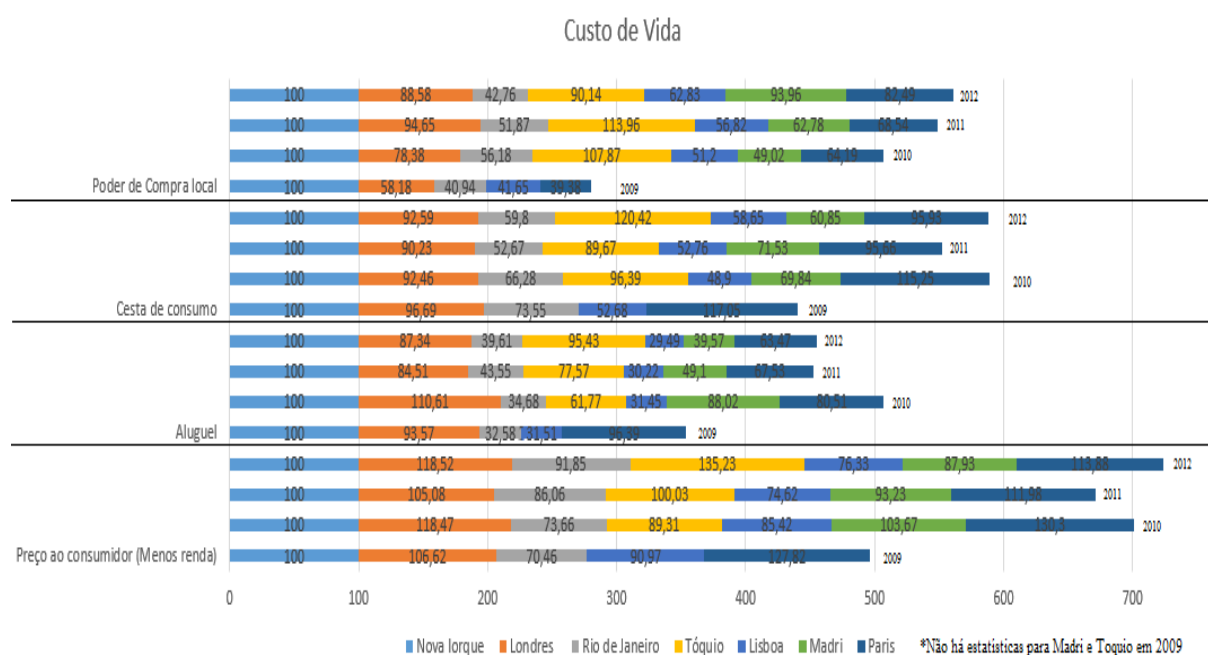
Não há dúvidas que a valorização do real foi um dos principais fatores na decisão de retorno de milhares de brasileiros, impactando o total de remessas recebidas no país os últimos anos.

#### 5.4. Custo de vida

Ao migrar, o indivíduo deve calcular não só quanto vai receber e/ou quanto pode enviar em moeda nacional para sua família, mas também quanto ele vai gastar para se manter mensalmente no país de destino. Esse dado é extremamente importante, uma vez que não adianta ele migrar em busca de um salário duas vezes maior e ter que pagar um custo de vida até cinco vezes mais para viver no novo local, por exemplo. Apesar de nos últimos anos o Brasil ter tido um aumento nos principais índices de custo de vida, fatores como aluguel, cesta básica ou serviços e compras locais ainda são mais baratos do que em cidades consideradas como destino de emigrantes brasileiros. A tabela abaixo demonstra o custo de vida tanto em uma cidade brasileira quanto em algumas das principais cidades e capitais de destino de mão de obra brasileira. Esse índice é calculado tendo como base a cidade de Nova Iorque, o que aparece no gráfico como 100(%), ou seja, se, por exemplo, o aluguel de alguma cidade for de 120, isso significa que em média, essa cidade tem aluguéis 20% mais caros do que Nova Iorque. Entre as estatísticas aqui compiladas estão: o preço ao consumidor excluindo aluguéis, que é um indicador relativo de preço de bens, incluindo restaurantes, produtos alimentícios, transportes e utilidades em geral; os aluguéis; os preços de produtos da “cesta básica” de consumo; e o poder de compra local, que demonstra o poder relativo de compra de bens e serviços de acordo

com o salário médio da cidade em questão, isto é, se o poder de compra local é de 40, isso significa que os habitantes daquela cidade, com o salário médio, conseguem comprar 60% menos bens e serviços típicos do que os residentes de New York City com um salário médio.

**Gráfico 12 – Custo de vida entre cidades importantes do Brasil e dos países de destino de brasileiros 2009-2012**



(Fonte: Eurostats/Numbeo)

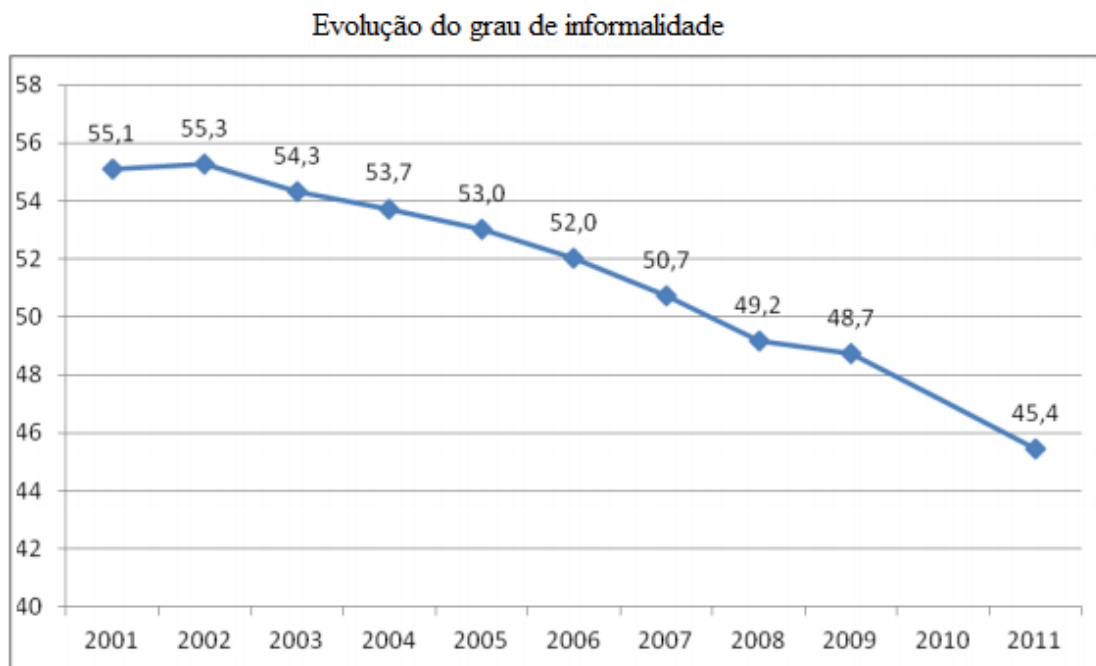
Esses dados são importantes uma vez que partindo da premissa de que a imigração é um investimento, como argumentam Stark e Bloom (1985), por exemplo, o custo de vida é um dado extremamente importante para esse imigrante, uma vez que pode inviabilizar a migração ou torná-la não rentável, forçando o indivíduo a retornar para seu país de origem ou tentar a vida em outro local. Assim, juntamente com câmbio e os rendimentos que pretende ganhar no destino, o custo de vida também é um dado extremamente importante na tomada de decisão do imigrante.

### 5.5. Outros Fatores

Apesar da queda do desemprego, aumento da renda média, aumento do custo de vida nos principais destinos e valorização do Real serem os principais fatores na atração de milhares de imigrantes de volta ao país, outros fatores também tiveram seus papéis nas decisões de cada um desses indivíduos.

Entre eles é possível citar a diminuição do grau de informalidade no país, definido como a soma de trabalhadores por conta própria e sem carteira de trabalho assinada dividida pela soma dos trabalhadores por conta própria, sem carteira, com carteira, estatutários e militares.

**Gráfico 13 – Evolução do grau de informalidade em % do total de empregos**



(Fonte:PNAD/IBGE)

A maior possibilidade de encontrar um trabalho com carteira assinada e, portanto, mais seguro, também é um fator importante para um indivíduo racional, ao considerar migrar.

Outro fator é o aumento da xenofobia, especialmente na Europa pós-crise. Segundo um relatório da OCDE (2012), a recessão significou menos imigração e mais desemprego para os estrangeiros, o que piorou os problemas de integração com a comunidade local. Em países com altas taxas de desemprego, a pressão popular leva o governo a adotar políticas migratórias mais restritivas. Além disso, muitos desses imigrantes têm culturas, religiões e hábitos diferentes daqueles praticados pelos locais, fato que não colabora para a assimilação dessas pessoas. Partidos de extrema direita, com políticas extremamente severas contra imigrantes vem ganhando força no continente, tornando ainda mais difícil a vida daquelas pessoas que mudam de país, deixando famílias para trás, em busca de melhores condições. Por último, segundo Jansen, a migração tem um fator psicológico e sociológico.

“A migração é um problema demográfico [...] pode ser um problema político [...] envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na

sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante” (Jansen, 1969: 60).

Essa tomada de decisão do migrante é extremamente importante, uma vez que analisando os diversos fatores, o indivíduo chega a uma conclusão e resolve ou não migrar. Além disso, segundo o autor, todo migrante tem em si o desejo de retornar para sua “casa”, que exerce uma pressão durante todo o tempo longe de sua origem, e que se torna mais forte em épocas de crise e/ou após um prolongado tempo.

Não há dúvida que possam existir infinitos fatores na decisão de um indivíduo migrar, dada a subjetividade da escolha. Porém, é indubitável que os fatores econômicos são os principais envolvidos nessa decisão, conforme os diversos autores citados já concluíram, e os dados reforçam. Desse modo, é possível concluir que a situação favorável do Brasil na última década colaborou para o retorno de milhares de brasileiros, assim como a dificuldade em se manter nos principais destinos dos imigrantes também teve papel importante.



## **V. Conclusão**

Na última década, especialmente na segunda metade, houve grande aumento do retorno de brasileiros, que haviam emigrado para países-chave da economia mundial, em especial EUA, Japão e alguns europeus. Esse maciço retorno tem origem não só nos problemas decorrentes da crise de 2008, que atingiu severamente algumas dessas economias, mas, também, de uma considerável melhoria no padrão de vida brasileiro. Enquanto o desemprego aumentava nos principais países desenvolvidos, como Espanha e Portugal – tradicionais destinos de brasileiros, com porcentagens assustadoras de desemprego, especialmente entre jovens de até 25 anos, que constituem uma boa parte do fluxo migratório –, no Brasil a taxa de desemprego entre os jovens não só teve queda, como a informalidade também. Com maiores oportunidades em sua origem e menos no destino não surpreende que milhares tenham retornado no período. Além disso, a política de crescimento do salário mínimo na última década apresentou resultados, com um aumento real considerável do mesmo. Somando-se a isso a forte valorização do real na última década, o salário brasileiro em 2012, se convertido em dólar, apresentou um aumento de quase quatro vezes seu valor comparado com o de 2004. Ainda com a valorização do real, um dos principais motivos da migração internacional perdeu espaço: o valor das remessas. Mandar parte dos seus ganhos em uma moeda mais forte que o Real era um dos grandes atrativos para esses emigrantes, e desde 2003, o valor dessas remessas vinha caindo devido à queda do dólar em relação ao real. Quando somamos à dificuldade de arrumar emprego no destino (o que também aumenta a xenofobia contra imigrantes, já que estes são vistos como “ladrões” de empregos dos habitantes locais), um valor menor conseguido com as remessas, maiores possibilidades de ganhos e oportunidades no seu país natal, um custo de vida mais elevado no país de destino do que no seu país natal e o desejo inato presente em cada indivíduo de voltar a sua pátria, é possível perceber o porquê do crescimento da imigração de retorno para o país na última década.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Flutuação cíclica na imigração masculina e a taxa de emprego nas fábricas.....	11
Figura 2 - Flutuação cíclica na imigração masculina e a produção de ferro.....	12
Figura 3 – Fatores na origem e destino e os obstáculos intervenientes.....	13
Figura 4 – Origem dos Imigrantes.....	20
Figura 5 – Residência de imigrantes por região.....	22
Figura 6 – Nível de escolaridade de brasileiros retornados (em % do total).....	25
Figura 7 - Taxa Selic 2006-2010.....	28
Figura 8 - Taxa de crescimento do PIB 2002-2012 (em bilhões de reais).....	30
Figura 9 –Taxa Selic 2011-2012.....	32
Figura 10 – Variação percentual do PIB por presidente – média anual.....	33
Figura 11 – Taxa de crescimento do PIB – 2002-2012.....	34
Figura 12 – Participação das exportações para a China no total das exportações do Brasil....	34
Figura 13 – Remessas para países da América Latina em % do PIB 2007-2012.....	44

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Vistos de trabalho no Brasil anual 1999-2012.....	20
Tabela 2 – Vistos de Trabalho por período e país.....	21
Tabela 3 – Imigrantes de retorno no total.....	23
Tabela 4 – Salário mínimo no Brasil 1995-2012.....	40

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Taxa SELIC 2006-2010 (em % a.m).....	31
Gráfico 2 - Desemprego no Brasil 2003-2012 em % do total – PME.....	36
Gráfico 3 - Desemprego no Brasil 2003-2012 em % do total – PNAD.....	37
Gráfico 4 – Desemprego nos principais destinos de brasileiros 2003-2012 em % do total.....	37
Gráfico 5 - Desemprego entre jovens no Brasil 2004-2012 em % do total - PME.....	38
Gráfico 6 – Desemprego entre jovens nos principais destinos de brasileiros 2003-2012 em % do total.....	39
Gráfico 7 - Número de pessoas abaixo da linha de pobreza no Brasil.....	40
Gráfico 8 - Rendimento médio real do trabalho no Brasil 2003-2012 (em R\$/ano).....	41
Gráfico 9 - Salário mínimo nos principais destinos de brasileiros 2002-2012 ( em Euro/ano).....	41
Gráfico 10 – Taxa de câmbio comercial para venda real/dólar – média (2003-2012).....	43
Gráfico 11 – Taxa de câmbio comercial para venda real/dólar – média (1995-2013).....	44
Gráfico 12 – Custo de vida entre cidades importantes do Brasil e dos países de destino de brasileiros 2009-2012.....	46
Gráfico 13– Evolução do grau de informalidade em % do total de empregos.....	47

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, NELSON. (2013), "Dez anos de política econômica" in 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma, São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013 pp. 69-102

BRITO, FAUSTO. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, ADELITA (org.). Transições migratórias. Fortaleza: Iplance, 2002.

BRZOZOWSKI, JAN. (2012) Migração internacional e desenvolvimento econômico in Estud. av. vol.26 n.75 São Paulo May/Aug. 2012

BORJAS, GEORGE (1989) Economic Theory and International Migration. International Migration Review Vol. 23, No. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's (Autumn, 1989), pp. 457-485

BORJAS, GEORGE (2000) Economics of Migration, International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences, Section no. 3.4, Article no. 38.

BOTEGA, Tuíla; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu (Orgs.). Migrações Internacionais de Retorno no Brasil. Brasília: Relatório, 2015

CASSARINO, Jean-Pierre. *Theorising Return Migration: the Conceptual Approach to Return Migrants Revisited*. In: IJMS: International Journal on Multicultural Societies, vol. 6, no.2; p. 253-279, UNESCO, 2004.

MARTES, A. C. B., SERAFIM, M. C. O Sonho Americano. GV Executivo, v. 8, p. 28-31, 2009.

GIAMBIAGI, FÁBIO (2011), "Rompendo com a ruptura: O Governo Lula (2003-2010) in Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010), Rio de Janeiro: Elsevier. 2011 pp.197-237

GONÇALVES, REINALDO, "Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores". Rio de Janeiro, 2013

GONÇALVES, REINALDO. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, No. 31, p. 5-30, fevereiro 2012.a.

JANSEN, CLIFFORD J. (1969), "Some sociological aspects of migration", in J.A. Jackson (Ed.), Migration, Cambridge, CAMBRIDGE University Press, pp. 60-73

JEROME, HARRY (1926), "Migration and Business Cycles" National Bureau of Economic Research, New York

LEE, EVERETT S. (1969), "A theory of migration", in J.A. Jackson (Ed.), Migration, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 282-297 (originalmente publicado em Demography, Vol. 3, 1966)

MARTES, A.C.B., SOARES, W, (2006), "Remessas de recursos dos imigrantes", Estudos Avançados, 20 (57), 2006: 41-54.

MATTOSO, JORGE. O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1ª. Reimpressão, 2000, 47 p.

MINCER, JACOB (1978), Journal of Political Economy. Vol. 86, No. 5 (Oct., 1978), University of Chicago Press pp. 749-773

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos Avançados, São Paulo, v.20, n.57, p.7-24, 2006.

RAVENSTEIN, ERNEST G. (1885), "The laws of migration", Journal of the Royal Statistical Society, Vol. 48, Part II, pp. 167-227

RAVENSTEIN, ERNEST G. (1889), "The laws of migration", Journal of the Royal Statistical Society, Vol. 52, Part II, pp. 241-301

SCHAEFFER, PETER (1985), "Human capital accumulation and job mobility", Journal of Regional Science, Vol. 25, Nº 1, pp. 103-114

SINGER, PAUL, Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo, in in Migração Interna, Textos Seleccionados, tomo I, coordenador, MOURA, HÉLIO; Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980.

SJAASTAD, L. A. (1962), “The costs and returns of human migration”, The Journal of Political Economy, Vol. 70, Nº 5, Part 2 (Supplement), pp. 80-93

STARK, O.; BLOOM, D. E. The new economics of labor migration. The American Economic Review, v.75, n.2, p.173-78, May 1985.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. Demography, v.26, n.1, p.1-14, Feb. 1989.

STOUFFER, S. (1940), “Intervening opportunities: a theory relating mobility and distance”, American Sociological Review, Vol. 5, Nº 6, pp. 845-867

TAVARES, MARIA DA CONCEIÇÃO; FIORI, JOSÉ LUÍS. (Des)Ajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 193 p.

#### WEBSITES

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/migracao/censo2000\\_migracao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/migracao/censo2000_migracao.pdf) - acessado em 10/2014

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_Gerais\\_da\\_Amostra/resultados\\_gerais\\_amostra.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/resultados_gerais_amostra.pdf) - acessado em 10/2014

[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Nupcialidade\\_Fecundidade\\_Migracao/tab1\\_3.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Nupcialidade_Fecundidade_Migracao/tab1_3.pdf) - acessado em 10/2014

<http://www.ibge.gov.br/home/> - acessado em 10/2014

<http://www.ipeadata.gov.br/> - acessado em 10/2014

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm> - acessado em 10/2014

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40) - acessado em 11/2014

<http://ec.europa.eu/eurostat/web/lfs/data/main-tables> - acessado em 11/2014

<http://portal.mte.gov.br/cni/> - acessado em 11/2014

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4A5E01F7014A770DB50E7B7D/ESTAT%C3%8DSTICAS%20-%20CNIG%20-%20SETEMBRO.pdf> - acessado em 11/2014

[http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/are-recent-immigrants-different-a-new-profile-of-immigrants-in-the-oecd-based-on-dioc-2005-06\\_5kg3ml17nps4-en](http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/are-recent-immigrants-different-a-new-profile-of-immigrants-in-the-oecd-based-on-dioc-2005-06_5kg3ml17nps4-en) - acessado em 11/2014

[http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/the-labour-market-integration-of-immigrants-and-their-children-in-austria\\_5kg264fz6p8w-en](http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/the-labour-market-integration-of-immigrants-and-their-children-in-austria_5kg264fz6p8w-en) - acessado em 11/2014

<http://www.numbeo.com/cost-of-living/> - acessado em 12/2014

<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=BR> - acessado em 12/2014

<http://www.fomin.org/en-us/HOME/Knowledge/idPublication/78709> - acessado em 12/2014

CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, Relatório Técnico: Seminário Internacional Política Migratória e o Paradoxo da Globalização. Brasília, 2014.

[http://csem.org.br/images/downloads/relatorios/Relat%C3%B3rio\\_t%C3%A9cnico\\_site.docx.pdf](http://csem.org.br/images/downloads/relatorios/Relat%C3%B3rio_t%C3%A9cnico_site.docx.pdf) – acessado em 03/15